



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí

Relatório de gestão do exercício 2016

Relatório de gestão do exercício 2016

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

CAU/PI - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí.

CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

SICCAU - Sistema de Informação e Comunicação do CAU.

CFAAPE/PI - Comissão de Finanças, Atos Administrativos e Planejamento Estratégico do CAU/PI.

CEEEEP/PI - Comissão de Ética, Ensino e Exercício Profissional do CAU/PI.

CED- CAU/BR - Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR.

IGEO - Sistema de Inteligência Geográfica.

TI - Tecnologia da Informação.

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Descrição dos Cargos CAU/PI	
Organograma por áreas CAU/PI	
Limites Estratégicos	
Tabela de Indicadores	
Nota Técnica 01/2016/CONT	
Mapa Estratégico - CAU/PI	
Declaração da Unidade de Pessoal	
Notas Explicativas	

Sumário

2 - APRESENTAÇÃO	6
2.1 APRESENTAÇÃO	6
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	7
INTRODUÇÃO SEÇÃO	7
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	7
3.2 NORMAS	9
3.3 HISTÓRICO	10
3.4 ORGANOGRAMA	11
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	17
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	17
4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	18
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	22
4.2 RESULTADOS	24
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	27
4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	28
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	31
4.3.3 RECEITAS	32
4.3.4 DESPESAS	34
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	37
4.5 INDICADORES	40
5 - GOVERNANÇA	51
INTRODUÇÃO SEÇÃO	51
5.1 GOVERNANÇA	51
5.2 DIRIGENTES	53
5.3 AUDITORIA	58
5.4 APURAÇÕES	59
5.5 GESTÃO RISCOS	60
5.6 REMUNERAÇÕES	61
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	62
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	63
INTRODUÇÃO SEÇÃO	63
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	63
6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	64

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	67
6.1.3 GESTÃO DE RISCOS	69
6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	70
6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	71
6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	72
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	73
INTRODUÇÃO SEÇÃO	73
7.1 CANAIS DE ACESSO	73
7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	74
7.3 TRANSPARÊNCIA	75
7.4 ACESSIBILIDADE	76
8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	77
8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO	77
8.2 NCASP	78
8.3 APURAÇÃO CUSTOS	80
8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	81
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	107
INTRODUÇÃO SEÇÃO	107
9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU	107
9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO	108
9.3 DANOS AO ERÁRIO	109
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	110
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	110
11 - ANEXOS E APÊNDICES	111
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	111
ASSINATURA(S)	130
12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	131
12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	131

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Apresentação da forma como está estruturado o relatório de gestão

Na condição de Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional, o CAU/PI elaborou seu Relatório de Gestão, conforme estrutura geral de conteúdos definidos no Anexo II à DN/TCU nº 154/2016, aplicável aos Conselhos, estrutura de conteúdos constante do Anexo Único da Portaria-TCU nº 59/2017, bem como, em conformidade às considerações e orientações disponíveis no sistema de apresentação o relatório de gestão ao TCU, o e-Contas.

Principais realizações da gestão no exercício

Durante o exercício de 2016 foram realizadas inúmeras ações para o pleno funcionamento do CAU/PI, como reparos no teto e paredes nas salas do pavimento superior da atual sede des Conselho, houve ainda contratação de 01 funionário, Analista de Planejamento e Finanças, proveniente do Concurso Público do CAU, conforme edital nº 01/2013.

Em 2016, o CAU/PI realizou vários eventos voltados para a Arquitetura e Urbanismo, foi co-organizador do 6º Docomomo Norte/Nordeste, evento de grande relevância para o profissional arquiteto e urbanista e a comunidade acadêmica. Foi patrocinador do "Seminário Noites de História: Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Teresina - Preservação, História e Identidade", evento realizado pela OFICINA DA PALAVRA E EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA .E sediou o Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR.

Buscando o aperfeiçoamento constante de seus funcionários e dirigentes, além de participações em eventos promovidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, o CAU/PI promoveu o treinamento do IGEO (Sistema de Inteligência Geográfica) direcionado aos funcionários da fiscalização, e o curso de formação de pregoeiros direcionado a Comissão Permanente de Licitação.

Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

As maiores dificuldades do Conselho de Arquitetura do Estado do Piauí dizem respeito ao tamanho da estrutura com relação ao corpo funcional, principalmente na área de fiscalização, atividade fim do CAUPI. Dispõe o Conselho de apenas uma fiscal e em decorrência do tamanho do Estado e da extensão de seu território é ainda dificultosa a atuação em todo ele.

Outras informações úteis para despertar a atenção dos usuários do relatório

O ano de 2016 foi o quinto ano do Conselho, considerando que este iniciou suas atividades em janeiro de 2012.

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

DENOMINAÇÃO COMPLETA	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO PIAUÍ		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CAU/PI	CNPJ	14.882.936/0001-06
NATUREZA JURÍDICA	AUTARQUIA FEDERAL	CONTATO	(86) 3222-1920
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	gerenciageral@caupi.gov.br		
PÁGINA INTERNET	www.caupi.gov.br		
ENDEREÇO POSTAL	RUA AREOLINO DE ABREU, Nº 2103		
CIDADE	TERESINA	UF	PI
BAIRRO	CENTRO	CEP	64000180
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

O CAU/PI é o órgão fiscalizador, orientador, disciplinador e consultivo do exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista, conforme as diretrizes formuladas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, zelando pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, bem como pugnando pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e do Urbanismo no âmbito de sua jurisdição.

Além da competência prevista na legislação vigente cabe ao CAU/PI, especificamente, na sua jurisdição: Elaborar e alterar os respectivos Regimentos e demais atos administrativos; Cumprir e fazer cumprir o disposto na Lei nº 12.378/2010, no Regimento Geral e demais atos normativos do CAU/BR, e nos próprios atos no âmbito de sua competência; Criar Representações Regionais e Escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR; Criar colegiados com finalidades e funções específicas.

Realizar as inscrições e expedir as carteiras de identificação de profissionais e pessoas jurídicas habilitadas, na forma da Lei 12.378/2010, para exercerem atividades de arquitetura e urbanismo, mantendo o cadastro atualizado; Cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica - RRT; Fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos; Fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo; Julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do CAU/BR; Deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento; Sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação da Lei 12.378/2010 e a promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos; Representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos, estaduais e municipais que tratem de questões de exercício profissional referentes à arquitetura e ao urbanismo, assim como em órgãos não governamentais da área de sua competência.

Manter relatórios públicos de suas atividades e divulgar suas ações institucionais; firmar convênios com entidades públicas e privadas; celebrar contratos e acordos de cooperação técnica, científica, e

outros de seu interesse; dar cumprimento às decisões aprovadas pelo Plenário Estadual; colaborar com os poderes públicos, instituições de ensino, sindicatos, entidades de classe e associações profissionais, no âmbito de sua jurisdição, no estudo de problemas do exercício profissional e do ensino da Arquitetura e Urbanismo, propondo e contribuindo para a efetivação de medidas adequadas à sua solução e aprimoramento; esclarecer quaisquer dúvidas sobre a aplicação da legislação reguladora do exercício profissional do Arquiteto e Urbanista, no âmbito da sua competência territorial; indicar delegados com funções de Representação Regional; observação a congressos, seminários, simpósios, concursos, encontros, exames ou eventos similares; promover estudos, pesquisas, campanhas de valorização profissional, publicações e medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural do Arquiteto e Urbanista; e valorizar, mediante reconhecimento público, profissionais e empresas que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento da Ciência da Arquitetura e Urbanismo. Examinar reclamações e representações acerca de registros.

Julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas; Organizar o sistema de fiscalização do exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo regulado pela Lei 12.378/2010; Instituir, em caráter permanente ou transitório, uma Diretoria, Comissões e Grupos de Trabalhos, necessários ao exercício de suas atribuições, fixando o número de membros e Autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação alienar bens imóveis.

Informações adicionais

As competências dos CAUs podem ser encontradas no Art. 34 da Lei nº 12.378/2010.

3.2 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

LEI Nº 12.378, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil- CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

Regimento Interno do CAU/PI e Resoluções do CAU/BR (129 Resoluções publicadas em <http://www.caubr.gov.br/resolucoes/>)

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

Deliberações Plenárias, Deliberações das Comissões, Portarias e Manual de Fiscalização do CAU/BR.

Informações adicionais

As informações referentes a portarias, assim como as deliberações que tratam a respeito dos atos administrativos deste Conselho podem ser consultadas no endereço www.caupi.gov.br.

3.3 HISTÓRICO

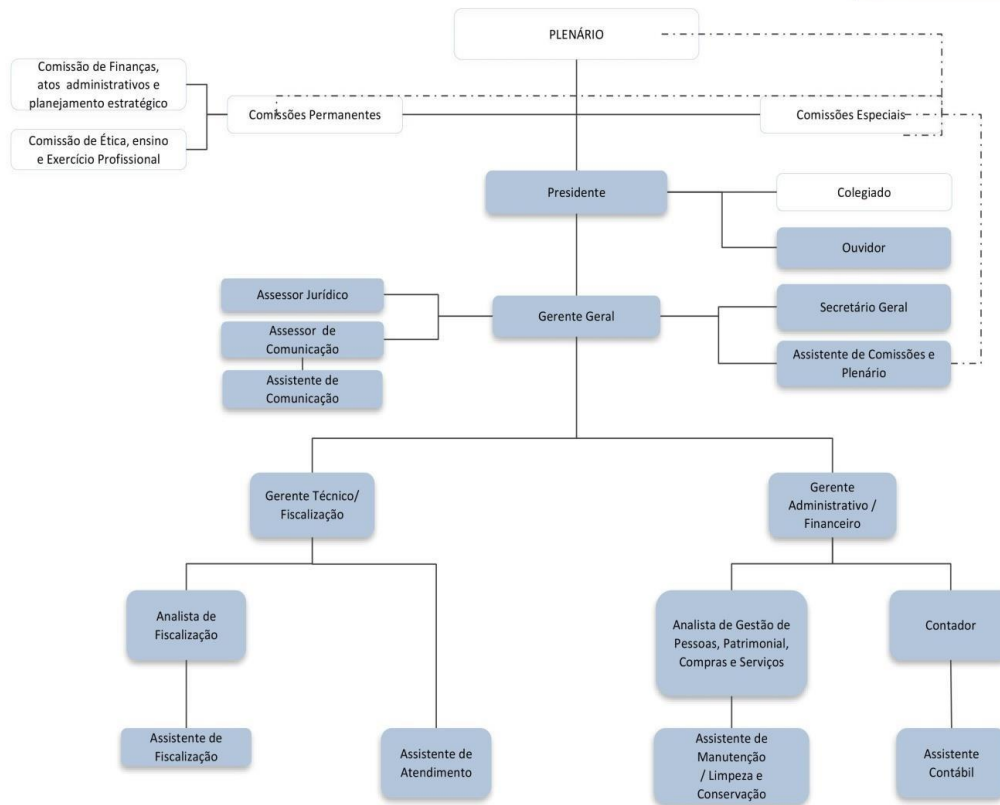
O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) é composto pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e por 27 Conselhos de Arquitetura das Unidades da Federação (CAU/UF). Foi criado pela Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e fundado em 15 de dezembro de 2011, após meio século de luta da categoria por um conselho uniprofissional e que defendesse os interesses da profissão.

Autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, o CAU possui a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo” (§ 1º do Art. 24º da Lei 12.378/2010).

3.4 ORGANOGRAMA



Cargos: CAU/PI



ANEXO - Descrição dos Cargos CAU/PI - Vide anexo do tópico 3.4 no final da seção
 ANEXO - Organograma por áreas CAU/PI - Vide anexo do tópico 3.4 no final da seção

Descrição dos Cargos CAU/PI - Anexo do tópico 3.4

DESCRIÇÃO DE CARGOS CAU/PI

ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO (AGENTE DE FISCALIZAÇÃO)

- Realizar diligências de fiscalização, através de visitas a estabelecimentos e a profissionais, sujeitos à legislação específica do CAU; Realizar visitas de fiscalização às obras, empresas, órgãos públicos, hospitais, locais de shows e eventos, postos de abastecimento e propriedades urbanas e rurais, entre outras localizadas no estado do Piauí; Realizar coleta de dados, preenchendo os formulários competentes, por ocasião das visitas realizadas dentro do prazo estabelecido; Realizar pesquisas no Sistema Corporativo do CAU, sobre o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, cadastro de profissionais e empresas, além de outros documentos de acordo com a Legislação do Sistema CAU; Emitir relatórios circunstanciados, conforme legislação específica, acerca das visitas/diligências realizadas, com vistas a atender as instâncias superiores e ao colegiado do CAU; entre outras.

ANALISTA TÉCNICO CONTADOR

- Supervisionar as atividades da área contábil, administrativa e financeira; Manter a Presidência e Gerência Administrativa Financeira permanentemente informada sobre os assuntos técnicos, operacionais, administrativos e financeiros inerentes a unidade contábil; Estabelecer prioridades e procedimentos internos que viabilizem, na área de sua atuação, a implementação das diretrizes estabelecidas pelo CAU; entre outras.

ANALISTA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- Formulação do Planejamento estratégico, dos planos de desenvolvimento econômico, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais; Formulação, implantação e avaliação dos sistemas, processos e métodos nas áreas de planejamento, orçamento, finanças públicas e gestão fiscal; Supervisão, coordenação e execução dos trabalhos especializados de planejamento estratégico, gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e de programas e acompanhamento de despesas de pessoal; Desenvolvimento, acompanhamento, avaliação, execução e orientação técnico-normativa referente à execução orçamentárias; Coordenar as atividades pertinentes à sua área de atuação e participar de reuniões plenárias, comissões, treinamentos e outras quando se tratar de tema relacionado a sua especialidade.

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

- Gerenciamento de Plano de Comunicação e Marketing do CAU/PI; Garantir a sinergia de ações Legislativa, Institucional e de Comunicação do CAU; Assegurar a interface e gerenciamento de informações com todas as áreas do Conselho; Gerenciar as relações institucionais do CAU com entidades nacionais e internacionais de Arquitetura e Urbanismo; Assegurar a adequada interação do Conselho com os diversos públicos internos e externos, em sua área de especialidade; entre outras.

ASSESSOR JURÍDICO

- Fornecer assessoramento técnico e administrativo dentro de sua área de atuação e especialidade; Elaborar diretrizes e orientar a Presidência do Conselho; Assegurar a adequada interação do Conselho com os diversos públicos internos e externos, em sua área de especialidade; Acompanhar a Presidência e Conselho Diretor em eventos, reuniões e audiências de assuntos de interesse ao Conselho; Participar de reuniões Plenárias, Comissões e outras quando se tratar de tema relacionado à sua especialidade; entre outras.

ASSISTENTE DE ATENDIMENTO

- Atender aos Arquitetos e público em geral; Elaborar planilha de organização de registros. Atendimento telefônico; Realizar coleta dos dados biométricos para emissão da carteira profissional; Cumprir normas e procedimentos técnicos e/ou administrativos estabelecidos, bem como instruções do superior imediato. Executar outras atividades correlatas em sua área de atuação, de acordo com a necessidade do Conselho.

ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO

- Auxiliar nas atividades operacionais e administrativas da área Técnica e de Fiscalização; Atender ao público ao público em geral, prestando informações sobre processos de fiscalização; Organizar e controlar arquivo, além das correspondências internas e externas; Preparar o adiantamento e prestação de contas de diárias de viagens e agendar compromissos; Elaborar correspondências, relatórios, ofícios, planilhas e etc. Levantamento dos Profissionais e ou empresas que não atenderam ao ofício de cobrança da anuidade; Assistência a

Fiscalização em campo; entre outras.

GERENTE ADMINISTRATIVO E DE FINANÇAS

- Planejar, organizar e gerenciar as atividades da área com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, o desenvolvimento das rotinas de trabalho.

GERENCIA GERAL

- Planejar, organizar e gerenciar as atividades do CAU com base nas determinações de seu superior, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, o desenvolvimento das rotinas de trabalho.

GERENCIA TÉCNICA E DE FISCALIZAÇÃO

- Elaborar relatórios referentes aos serviços sob sua responsabilidade; Elaborar o plano de atividades de sua área gerencial, como as referentes aos serviços de informação, comunicação, organização e métodos, utilização de equipamentos, processamento de dados, arquivos e outros, baseando-se nos objetivos a serem alcançados, e na disponibilidade de recursos materiais e humanos, para definir prioridades, sistemas e rotinas referentes a esses serviços; Utilizar os sistemas disponibilizados pelo CAU para acompanhar relatório e, demandas da entidade; entre outras.

SECRETÁRIA GERAL

- Identificar as necessidades do CAU/PI referentes a registros, arquivos, serviços de informação e comunicação e outros, assim como dos recursos humanos indispensáveis; elaboração de Atas e distribuição das convocações; Auxiliar a Presidência e Conselho Diretor no que diz respeito ao envio de Ofícios, distribuição de Memorandos e demais comunicações solicitadas.

PRESIDENTE

- cumprir e fazer cumprir a legislação referente ao exercício da Arquitetura e Urbanismo, o Regimento Geral, o Código de Ética e Disciplina, as resoluções e as decisões plenárias do CAU/BR, bem como o Regimento Interno e demais atos baixados pelo CAU/PI; propor plano de gestão do CAU/PI; acompanhar a execução do plano de gestão do CAU/PI; acompanhar a execução do orçamento do CAU/PI; acompanhar as atividades do CAU/PI; convocar e conduzir os trabalhos das reuniões plenárias; entre outras.

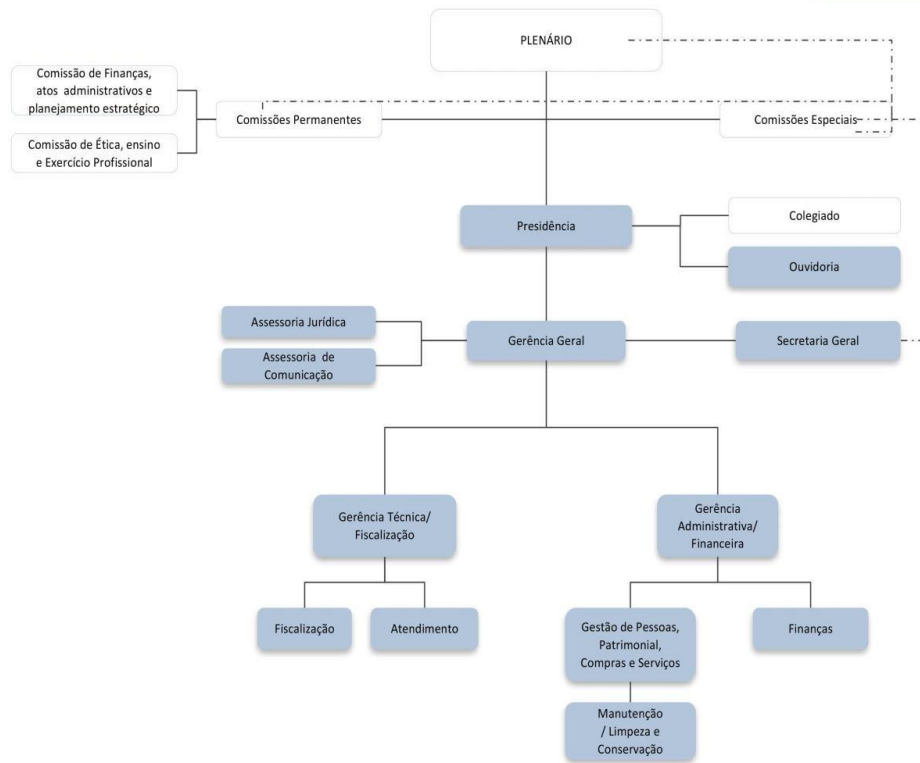
COMISSÃO DE FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- propor ou apreciar e deliberar sobre o mérito, forma e admissibilidade de projeto de ato administrativo referente à organização, ao funcionamento e à gestão estratégica do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre ações para reestruturação organizacional do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre proposta de instituição de órgão consultivo do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização técnico-administrativa e sobre ações voltadas à eficácia do funcionamento do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre ações voltadas à eficácia da gestão administrativa, patrimonial e institucional do CAU/PI; apreciar e deliberar sobre os indicadores de gestão de caráter administrativo e econômico-financeiro para subsidiar a elaboração do planejamento estratégico do CAU/PI; entre outras.

COMISSÃO DE ÉTICA, ENSINO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

- organizar e manter atualizado o cadastro estadual das escolas e faculdades de Arquitetura e Urbanismo no Estado do Piauí, incluindo o currículo dos cursos oferecidos e os projetos pedagógicos destes; propor medidas que estimulem as instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo do território de sua jurisdição a tratarem a questão da qualificação profissional como um processo contínuo; promover ações e propor medidas que estimulem as instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí a tratarem a questão da formação relacionada com as atribuições profissionais definidas no art. 2º da Lei nº 12.378, de 2010 e na Resolução CAU/BR nº 21, de 5 de abril de 2012; zelar pela orientação e pela fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo no Estado do Piauí; apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização de ações voltadas à eficácia da fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo pelo CAU/PI; instruir, apreciar e julgar em primeira instância os processos administrativos disciplinares, incluindo aqueles relativos às infrações aos artigos 17 a 23 da Lei nº 12.378, de 2010, e ao Código de Ética e Disciplina da Arquitetura e Urbanismo; e propor diretrizes e programas para difusão dos valores e normas referentes à ética e disciplina profissional da Arquitetura e Urbanismo, no Estado do Piauí.

Organograma por áreas CAU/PI - Anexo do tópico 3.4



4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compreendendo a Unidade Nacional – CAU/BR e as Unidades Estaduais – CAU/UF, autarquia criada pela Lei 12.378/2010, tem como função “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”.

O Planejamento Estratégico busca através da avaliação dos resultados obtidos com a aplicação da estratégia atual, bem como de uma reflexão sobre os cenários de atuação e de recursos, estabelecer um conjunto de prioridades e metas para orientar a atualização dos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF, visando o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do CAU, que é a síntese do seu Planejamento Estratégico 2023.

O Planejamento estratégico 2023 foca nas prioridades, políticas, estratégias e resultados para o alcance da missão Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos e da visão Ser Reconhecido como Referência na Defesa e Fomento das Boas Práticas da Arquitetura e Urbanismo.

O Plano de Ação de 2016 realizado com base no Planejamento Estratégico até 2023, elaborado de forma integrada com os parceiros internos. Os projetos e atividades – metas, resultados e indicadores de desempenho, focaram a contribuição a cada objetivo estratégico.

O Plano de Ação do CAU/BR e dos CAU/UF para o exercício de 2016 seguem as premissas e orientações estratégicas traçadas no Planejamento Estratégico do CAU - na visão de longo prazo 2023, objetivando ao atendimento às perspectivas e objetivos estratégico que se apresentam no Mapa Estratégico. Para a elaboração do Plano de Ação, Planejamento Tático e Operacional, estruturado em iniciativas estratégicas - projetos e atividades vinculados aos objetivos estratégicos priorizados para o exercício, as orientações e destinações estratégicas de recursos estão em conformidade com as políticas e prioridades estabelecidas pelo Conselho, para 2016, na forma das Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação, aprovadas. No decorrer do exercício, frente às metas realizadas e resultados alcançados no período, bem como a novas políticas e diretrizes que se façam necessárias para um melhor desempenho da atuação do Conselho, na busca do alcance de sua Missão e Visão, e em prol do fortalecimento da profissão e da arquitetura e urbanismo, as correções de rumo que se fizeram necessários foram objeto de ajustes no processo das reprogramações do Plano de Ação e Orçamento 2016, que ocorreram no período, observando as prioridades e estratégias definidas nas Diretrizes para Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento do CAU, na forma aprovada pelo Plenário. Os limites e condições de alocação de recursos estratégicos para o exercício de 2016 situaram-se, praticamente, nas metas previstas/aprovadas para o exercício. As variações frente às metas previstas justificaram pelas adequações realizadas pelo CAU/BR, visando a um melhor atendimento às políticas e prioridades de atuação estabelecidas no alcance da Missão e Visão do Conselho.

O Planejamento Estratégico do CAU 2023 orienta a visão de longo prazo, enquanto as Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação e Orçamento 2016 direcionam a atuação no período anual. As metas do Plano de Ação são compostas pelas Metas dos Indicadores de Resultados Institucionais, que estão vinculadas à Missão, Visão e Sociedade; e pelas Metas de Desempenho, que estão vinculadas à perspectiva Processos Internos do Mapa Estratégico do CAU. Os indicadores de desempenho possibilitam a indução e o monitoramento contínuo do esforço do CAU para o alcance dos seus objetivos. Os projetos e atividades, operacionalizam a estratégia de atuação e viabilizam o alcance dos resultados propostos.

Prioritariamente, a atuação do CAU/PI está embasada nos direcionadores estratégicos de:

- Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo;
- Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade;

A atuação também foca as prioridades de:

- Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos Arquitetos e Urbanista e a sociedade ;
- Promover o exercício ético e qualificado da profissão;

4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Visão Geral

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

O método utilizado pelo CAU foi baseado no Balanced Scorecard (BSC), no qual decompõe a estratégia de uma maneira lógica, baseando-se em relações de causa e efeito, vetores de desempenho e relação com fatores financeiros.

A estratégia de atuação do CAU orienta-se por uma leitura do cenário econômico e social do país e da arquitetura e urbanismo, e da análise do desempenho e projeções sobre a evolução do Conselho no período. São consideradas a ampliação da capacidade operacional decorrente da necessidade da melhoria da fiscalização profissional e do atendimento aos arquitetos e urbanistas, dos recursos tecnológicos e da força de trabalho da instituição, composta por colaboradores oriundos do processo de concurso público e prestadores de serviços.

A estratégia é definida pela identificação do foco de cada objetivo estratégico, representado por um conjunto de indicadores e metas, que são desdobrados nos respectivos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF. São estabelecidos limites para a aplicação dos recursos, que complementam a estratégia de atuação nos níveis tático e operacional.

Visão

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo.

Missão

Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos.

Valores

- Ética e transparência;
- Excelência organizacional;
- Comprometimento com a inovação
- Unicidade e integração
- Democratização da informação e conhecimento;
- Interlocução da Arquitetura e Urbanismo na sociedade.

Diagnóstico Estratégico

Análise de ambiente interno

FORÇAS:

- Legitimação pela categoria profissional;

- Presença em todas as unidades da federação;
- Competência e comprometimento dos conselheiros, funcionários e demais colaboradores;
- Ausência de história negativa;
- Base tecnológica diferenciada;
- Poder de “polícia”
- Criado com 100 mil arquitetos e urbanistas já registrados;
- Apoio das entidades nacionais;
- Possuir a experiência e a história acumuladas por mais de 90 anos pelas entidades de Arquitetos.

FRAQUEZAS:

- Insegurança financeira
- Carência de informações sobre o público-alvo;
- Tecnologia própria em desenvolvimento;
- Influência do antigo conselho;
- Fluxos e processos inter-relacionados;
- Insustentabilidade financeira de alguns CAU/UF.

Análise de ambiente externo

OPORTUNIDADES:

- Novas práticas sociais;
- Novas tecnologias;
- União e apoio das entidades de arquitetura e dos arquitetos e urbanistas;
- Reorganização espacial do país;
- Abertura para criação de um novo modelo de conselho.

AMEAÇAS:

- Desconhecimento e desinformação dos arquitetos e urbanistas e da sociedade;
- Má distribuição dos profissionais no estado;
- Imagem negativa dos conselhos em geral;
- Baixa valorização do projeto e do planejamento pelo poder público;
- Desvalorização do profissional pela remuneração;
- Baixa inserção do arquiteto na esfera pública.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

Em virtude do tamanho da estrutura para o funcionamento do Conselho, inclusive em razão da proporção de profissionais da área para o estado, são encontradas dificuldades que se não impedem, ao menos alonga o prazo para efetivação do planejamento estratégico.

Elaboração da Estratégia

Identificação da estratégia atual

- - Intensificar parcerias estratégicas com entidades de arquitetura e urbanismo, instituições públicas, privadas e do terceiro setor, visando alavancar competências, conhecimentos, mercados e recursos para ampliar a atuação do CAU no desenvolvimento e fortalecimento do exercício profissional e da arquitetura e urbanismo.
- - Enfatizar iniciativas destinadas a aprimorar o atendimento, tanto presencial quanto virtual, visando atender às demandas e necessidades dos arquitetos e urbanistas com prontidão e excelência.
- - Estimular e priorizar projetos e ações voltadas para a valorização e fortalecimento da profissão com foco em resultados, mensuráveis em metas e indicadores.
- - Priorizar, aprimorar e implementar ações e processos inovadores de Gestão Estratégica (planejamento, monitoramento e avaliação de resultados) de forma a medir e comunicar os resultados para os arquitetos e urbanistas e a sociedade em geral.
- - Adotar procedimentos na busca da efetiva atuação sistêmica.
- - Adotar mecanismos de aperfeiçoamento da regulamentação do exercício da arquitetura e urbanismo.

Identificação da estratégia futura

- Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada;
- Garantir a participação dos arquitetos e urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana;
- Estimular a produção da arquitetura e urbanismo como política de Estado;
- Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo.
- Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo.

Objetivos e Metas

- Macro Objetivo:
Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade
- Macro Objetivo:
Promover o exercício ético e qualificado da profissão
- Macro Objetivo:
Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atend. dos arquitetos e soci
- Macro Objetivo:
Tornar a Fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Introdução

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU/PI), criado pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, é uma autarquia federal uni profissional dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Teresina, e jurisdição em todo o Estado do Piauí, tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão Arquitetura e Urbanismo, zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos arquitetos e urbanistas e pelo aperfeiçoamento da prática profissional, com vistas ao desenvolvimento regional e urbano sustentável e à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico, paisagístico, edificado e ambiental.

Missão/Finalidade institucional

Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos.

Competências Legais

Em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 12.378, de 2010, compete ao CAU/PI:

- I – elaborar e alterar seu Regimento Interno e demais atos administrativos;
- II – cumprir e fazer cumprir o disposto na Lei nº 12.378, de 2010, no Regimento Geral do CAU/BR, nos demais atos normativos do CAU/BR e nos próprios atos, no âmbito de sua competência;
- III – criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma deste Regimento;
- IV – criar colegiados com finalidades e funções específicas;
- V – realizar as inscrições de profissionais e de pessoas jurídicas habilitadas, na forma da Lei nº 12.378, de 2010, para exercerem atividades de Arquitetura e Urbanismo, mantendo o cadastro atualizado, e expedir as carteiras de identificação de profissionais;
- VI – cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica;
- VII – fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos;
- VIII – fiscalizar o exercício das atividades profissionais de Arquitetura e Urbanismo;
- IX – julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Código de Ética, a Lei n. 12.378/2010 e demais normas do CAU/BR;
- X – deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;
- XI – sugerir ao CAU/BR medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação da Lei nº 12.378, de 2010, e a promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;
- XII – representar os arquitetos e urbanistas domiciliados em sua jurisdição em colegiados de órgãos públicos estaduais e municipais que tratem de questões de exercício profissional referentes à Arquitetura e Urbanismo, assim como em órgãos não governamentais da área de sua competência;
- XIII – manter relatórios públicos de suas atividades; e
- XIV – firmar convênios com entidades públicas e privadas.

Análise crítica

O CAU/PI busca constantemente cumprir suas competências buscando alcançar esua missão " Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos".

ANEXO - Mapa Estratégico - CAU/PI - Vide anexo do tópico 4.1.2 no final da seção

4.2 RESULTADOS

ANEXO - Limites Estratégicos - Vide anexo do tópico 4.2 no final da seção

I) FERRAMENTA DE ACOMPANHAMENTO:

A ferramenta de acompanhamento da execução dos planos de ação e orçamento está definida na Resolução nº 101/2015: “DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO E ORÇAMENTOS DO CAU/BR E DOS CAU/UF

Art. 7º Os CAU/UF encaminharão ao CAU/BR, quadrimestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao quadrimestre findo, informações sobre a execução de seu plano de ação, contemplando: I - relatório da execução do plano de ação, contemplando os resultados para os indicadores do mapa estratégico e dos projetos e atividades, bem como a execução das metas físicas e financeiras, frente ao previsto no plano aprovado;

II - justificativas da execução do plano de ação dos projetos e atividades, metas físicas e financeiras em patamares inferiores ou superiores a 20% (vinte por cento) em relação ao previsto.”

II) LIMITES ESTRATÉGICOS:

O CAU/PI segue as diretrizes apresentadas pelo CAU/BR para elaboração do plano de ação e orçamento anual, possuindo limites para aplicação dos recursos em cada centro de custo, sendo:

- **Fiscalização** – mínimo de **20%** (vinte por cento) do total das receitas de arrecadação (anuidades, RRT e taxas e multas) deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e CSC, deve ser alocado em projetos estratégicos para atender ao objetivo estratégico "**Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo**".

- **Atendimento** – mínimo de **10%** (dez por cento) do total das receitas de arrecadação (anuidades, RRT e taxas e multas) deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e CSC, deve ser alocado em projetos estratégicos para atender ao objetivo estratégico "**Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade**".

- **Objetivos Estratégicos Locais** – mínimo de **6%** (seis por cento) do total das receitas de arrecadação (anuidades, RRT e taxas e multas) deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e CSC, deve ser alocado em projetos estratégicos para atender a **dois objetivos estratégicos selecionados pelo CAU/BR e CAU/UF**. Neste caso o CAU/PI escolheu como objetivos estratégicos para o ano de 2016: ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos Arquitetos e Urbanistas e a sociedade e promover o exercício ético e qualificado da profissão;

- **Capacitação** – mínimo de **2%** (dois por cento) e máximo de **4%** (quatro por cento) do valor total das respectivas folhas de pagamento (salários, encargos e benefícios), do CAU/UF e do CAU/BR, deve ser alocado em **ações de capacitação dos seus quadros efetivos**, para atender ao **objetivo estratégico "Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores"**.

- **Comunicação** – mínimo de **3%** (três por cento) do total das receitas de arrecadação (anuidades, RRT e taxas e multas) deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e CSC, deve ser alocado em projetos estratégicos para atender o objetivo estratégico "**Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade**".

- **Patrocínios** – máximo de **5%** (cinco por cento) do total dos recursos oriundos das receitas de arrecadação (anuidades, RRT e taxas e multas) deduzidos os valores 20/81 destinados ao Fundo de Apoio e CSC, deve ser alocado em **patrocínios** para atender ao objetivo estratégico "**Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo**".

III) RESULTADOS RELAVANTES EM 2016:

Dentre os principais resultados alcançados em 2016, destacam-se os seguintes:

I - Para o alcance do objetivo de “**Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo**”, no início do ano de 2016 houve o desenvolvimento de um plano para o setor de Fiscalização visando criação de estratégias e programação de ações. Estabeleceu-se como metas principais o aumento da quantidade de obras fiscalizadas, melhorar a orientação aos profissionais, utilizar com maior frequência os softwares disponíveis (IGEO, MobiArq) e aumentar o número de Registros de Responsabilidade Técnica. Para o alcance das metas, manteve-se como objeto de fiscalização os *shopping centers*, prédios comerciais e obras em geral, porém desenvolveu-se um olhar mais atencioso às construções efêmeras e o desempenho de cargo ou função técnica. Houve um aumento da fiscalização de arquitetura de interiores ao se apurar a fiscalizar condomínios verticais em construção, período em que várias reformas de ambientes são executadas. A equipe técnica, até então já acostumada a visitar condomínios horizontais, aumentou a frequência das fiscalizações em prédios residenciais. Outra ação que trouxe bastante retorno ao Conselho foi a notificação dos professores das faculdades de arquitetura do Estado solicitando que fossem realizados os RRTs de cargo ou função de acordo com as atividades de ensino que estavam desempenhando na instituição. Segundo essa mesma linha, órgãos públicos e pessoas jurídicas começaram a ser oficiados para que informassem se há em seu quadro de funcionários arquitetos e urbanistas para, posteriormente, os profissionais serem informados da necessidade de cadastro do RRT de cargo ou função. Em setembro de 2016 o CAU/PI recebeu um representante do CAU/BR, Renato Viana, para ministrar um curso sobre as funcionalidades do IGEO. O curso, voltado para a geração de filtros e relatórios além de criação de tarefas e rotas de fiscalização, auxiliou a equipe e tornou possível a utilização do *software* para agilizar e organizar as ações do setor. Foram realizadas 07 (sete) viagens de fiscalização, que abrangeram 25 (vinte e cinco) cidades, sendo elas: José de Freitas, Barras, Batalha, Demerval Lobão, Monsenhor Gil, Elesbão Veloso, Barro Duro, Passagem Franca, Valença, Picos, Campo Maior, Piri-piri, Parnaíba, Cajueiro da Praia, Regeneração, Oeiras, Simplício Mendes, São Raimundo Nonato, Altos, Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Lagoa do Piauí, Angical, Floriano e Uruçuí. No planejamento das viagens houve a preocupação em visitar todas as zonas do Estado e a escolha das cidades foi feita através de filtros no IGEO e SICCAU relacionados à quantidade de Registros de Responsabilidade Técnica dos locais, além do número de profissionais atuantes na área, considerando também tamanho e população dos municípios. Nas fiscalizações realizadas em 2016 tanto na capital quanto no interior, foram emitidos ao todo 452 relatórios de fiscalização, que resultaram em 301 notificações preventivas e 213 autos de infração. O número de denúncias recebidas deixou a desejar, tendo sido cadastradas apenas 10 durante todo o ano. Em linhas gerais, considera-se que o desempenho do setor alcançou o nível satisfatório, podendo ser aprimorado em alguns fatores importantes como a orientação técnica aos profissionais acerca de funcionalidades do SICCAU (como o cadastro de denúncias e o MobiArq) e das resoluções.

II - Para “**Promover o exercício ético e qualificado da profissão**” o CAU/PI realizou o Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo com a presença de representantes dos CAU/UF e CAU/BR, além da realização de visitas às faculdades para realização de palestras sobre a existência do CAU/PI e suas competências, com entrega de exemplares do código de ética e disciplina para Arquitetos e Urbanistas.

III - Na busca de “**Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade**” o CAU/PI realiza o programa atendimento itinerante que visa levar aos arquitetos do interior do Estado orientações acerca de vários assuntos relacionados ao Conselho, além de prestar atendimento pessoal para resolução de dúvidas e entraves no exercício profissional dos arquitetos e urbanistas. No planejamento das viagens a escolha das cidades a receber o programa foi

feita através de filtros no IGEO relacionados ao número de profissionais atuantes na área, pois a grande maioria dos atendimentos realizados pelo CAU são para arquitetos. No total ocorreram duas viagens do Atendimento Itinerante, sendo uma ao norte do Estado e outra ao sul. Na viagem com destino ao norte, foi realizado atendimento aos profissionais nas cidades de Piripiri e Parnaíba, além de reunião entre a presidência do Conselho e os arquitetos residentes nesta última. A viagem ao sul do Piauí realizou atendimento ao público em Floriano e Uruçuí. Quanto aos atendimentos, foram realizados 4.898 (quatro mil oitocentos e noventa e oito), considerando todas as modalidades. A maior parte, 35,34% desse número, refere-se a atendimentos telefônicos, seguido de e-mails (25,7%), análises do SICCAU (25,31%) e por último, o atendimento presencial (13,65%). Houve melhora no tempo de respostas do Gerenciador Avançado de Demandas (GAD) do CAU/BR, necessário quando o objeto de análise ou solicitação foge à nossa competência. Dos 113 chamados abertos, apenas 3 ainda não foram solucionados. Essa maior agilidade melhorou o atendimento aos profissionais com casos mais específicos. O programa Atendimento Itinerante. Também em 2016 foram realizadas ações educacionais realizando palestras de apresentação do Conselho para turmas de formandos além de o CAU/PI ter recebido um grupo de alunos de uma Instituição de Ensino Superior que realizou uma espécie de entrevista com o presidente, o coordenador da Comissão de Ética, Ensino e Exercício Profissional do CAU/PI e a gerente técnica na própria sede do Conselho. No geral não houveram reclamações por parte dos profissionais. De acordo com os relatórios enviados pelo Tele Atendimento Qualificado – TAQ, durante o ano de 2016 apenas 11 das 119 ligações feitas por arquitetos do Piauí eram referentes a reclamações (9%). Sempre houve a preocupação de se investigar as causas de reclamações relatadas ao *call center* e a maior parte se referia a falhas no sistema. Houve ainda confecção de 1.000 (mil) folders contendo as atribuições dos Arquitetos e Urbanistas para que fossem entregues aos profissionais e sociedade. O CAU/PI busca ainda o estímulo ao conhecimento e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo através de patrocínios em eventos de importância para a área de Arquitetura e Urbanismo e promove treinamento e capacitações para seus dirigentes e colaboradores. Em linhas gerais, considera-se que o desempenho dos setores alcançou o nível satisfatório, podendo ser aprimorado em alguns fatores importantes, principalmente no que se refere à implantação do Programa Tira-Dúvidas e no envio frequente de e-mails informativos.

IV – Buscando “**Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade**”, em 2016, o CAU/PI adquiriu 03 (três) impressoras, 01 (um) estabilizador, 01 (um) roteador e 01 (um) monitor de câmeras, contribuindo para aprimoramento na estruturação física da sede do CAU/PI, bem como na melhoria dos serviços prestados. Realizou ainda a contratação de empresa de assistência técnica para os equipamentos de informática e adquiriu novo sistema de folha de pagamento. Em setembro de 2016, este Conselho recebeu um representante do CAU/BR, Renato Viana, para ministrar curso sobre as funcionalidades do IGEO (Sistema de Inteligência Geográfica), voltado para a geração de filtros e relatórios além de criação de tarefas e rotas de fiscalização, auxiliou a equipe e tornou possível a utilização do software para agilizar e organizar as ações do setor.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

- DA RECEITA:

-

- - A receita arrecadada até o mês de dezembro de 2016 atingiu o valor de R\$ 965.116,00, totalizada 100% por Receita Corrente.

-

-

- DA DESPESA:

-

- - A despesa realizada até o mês de dezembro de 2016, tratando-se por estas as despesas empenhadas, atingiu o valor de R\$ 1.020.897,54, que corresponde a **85,81%** da Proposta Orçamentária Reformulada de 2016, que é de R\$ 1.189.711,00.

-

-

- RESULTADO ORÇAMENTÁRIO:

-

- - Comparando a Receita Arrecada com a Despesa Realizada até o mês de dezembro de 2016, constatou-se um **Déficit Orçamentário** no valor de R\$ 55.781,54 do valor arrecadado.

4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	937.654,51	1.196.530,00	136.448,49	21.966,34	1.559,00	28.785,34	1.072.544,00	1.189.711,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	937.654,51	1.025.530,00	136.448,49	21.966,34	1.559,00	28.785,34	1.072.544,00	1.018.711,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	202.608,00	249.710,00	21.035,06	2.140,06	1.559,00	3.546,81	222.084,06	248.303,25
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	202.608,00	249.710,00	21.035,06	2.140,06	1.559,00	3.546,81	222.084,06	248.303,25
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	202.608,00	249.710,00	21.035,06	2.140,06	1.559,00	3.546,81	222.084,06	248.303,25
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	296.799,51	314.031,00	30.050,49	5.000,00	0,00	19.256,98	326.850,00	299.774,02
6.2.1.1.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	293.299,51	314.031,00	28.315,49	5.000,00	0,00	19.256,98	321.615,00	299.774,02
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	24.318,00	26.530,00	3.311,00	14.000,28	0,00	0,00	27.629,00	40.530,28
6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	0,00	1.000,00	0,00	0,28	0,00	0,00	0,00	1.000,28
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	24.318,00	25.530,00	3.311,00	14.000,00	0,00	0,00	27.629,00	39.530,00
6.2.1.1.1.06.05.03 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
6.2.1.1.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	2.318,00	3.530,00	1.735,00	2.000,00	0,00	0,00	4.053,00	5.530,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	22.000,00
6.2.1.1.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	409.929,00	425.259,00	80.315,94	826,00	0,00	0,00	490.244,94	426.085,00

6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.000,00	10.000,00	1.736,00	0,00	0,00	5.981,55	5.736,00	4.018,45
6.2.1.1.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	4.000,00	10.000,00	1.736,00	0,00	0,00	5.981,55	5.736,00	4.018,45
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	0,00	171.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.000,00
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	171.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.000,00
6.2.1.1.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	0,00	171.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.000,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	937.654,51	1.196.530,00	270.142,10	101.624,87	135.252,61	108.443,87	1.072.544,00	1.189.711,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	937.654,51	1.196.530,00	270.142,10	101.624,87	135.252,61	108.443,87	1.072.544,00	1.189.711,00
6.2.2.1.1.01 - DESPESA CORRENTE	918.901,51	1.025.530,00	270.142,10	86.624,87	119.693,61	93.443,87	1.069.350,00	1.018.711,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL	548.457,75	632.543,00	150.527,84	54.599,55	43.790,59	48.036,46	655.195,00	639.106,09
6.2.2.1.1.01.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	502.157,75	577.143,00	133.227,84	45.599,55	35.190,59	42.036,46	600.195,00	580.706,09
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	385.335,67	453.223,00	114.674,52	30.843,73	35.044,84	40.354,04	464.965,35	443.712,69
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - ENCARGOS SOCIAIS	115.697,04	120.320,00	16.962,50	13.766,95	145,75	0,00	132.513,79	134.086,95
6.2.2.1.1.01.01.01.003 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.125,04	3.600,00	1.590,82	988,87	0,00	1.682,42	2.715,86	2.906,45
6.2.2.1.1.01.01.02 - DIÁRIAS	46.300,00	55.400,00	17.300,00	9.000,00	8.600,00	6.000,00	55.000,00	58.400,00
6.2.2.1.1.01.02 - MATERIAL DE CONSUMO	10.743,00	11.000,00	6.072,93	2.523,30	2.815,93	3.024,30	14.000,00	10.499,00
6.2.2.1.1.01.02.01 - MATERIAL DE CONSUMO	10.743,00	11.000,00	6.072,93	2.523,30	2.815,93	3.024,30	14.000,00	10.499,00
6.2.2.1.1.01.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	43.800,00	49.000,00	13.700,00	5.985,00	4.078,00	2.600,00	53.422,00	52.385,00
6.2.2.1.1.01.03.01 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	6.000,00	6.000,00	0,00	1.340,00	1.678,00	0,00	4.322,00	7.340,00

6.2.2.1.1.01.03.02 - DIÁRIAS	37.800,00	43.000,00	13.700,00	4.645,00	2.400,00	2.600,00	49.100,00	45.045,00
6.2.2.1.1.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	239.520,76	253.973,00	91.521,09	21.994,75	59.283,85	39.050,13	271.758,00	236.917,62
6.2.2.1.1.01.04.02 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	16.000,00	18.400,00	10.300,00	0,00	9.046,00	4.000,00	17.254,00	14.400,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS PRESTADOS	167.420,76	170.573,00	56.487,50	16.696,28	46.504,26	24.026,21	177.404,00	163.243,07
6.2.2.1.1.01.04.04.012 - Serviços de Reparos, Adapt. e Conserv de Bens Móveis e Imóveis	35.000,00	34.000,00	0,00	5.528,00	18.000,00	2.793,00	17.000,00	36.735,00
6.2.2.1.1.01.04.06 - PASSAGENS	50.100,00	65.000,00	12.733,59	5.298,47	3.733,59	11.023,92	59.100,00	59.274,55
6.2.2.1.1.01.05 - ENCARGOS DIVERSOS	29.300,00	19.400,00	5.560,00	695,27	9.725,24	732,98	25.134,76	19.362,29
6.2.2.1.1.01.05.01 - ENCARGOS DIVERSOS	29.300,00	19.400,00	5.560,00	695,27	9.725,24	732,98	25.134,76	19.362,29
6.2.2.1.1.01.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.080,00	59.614,00	2.760,24	827,00	0,00	0,00	49.840,24	60.441,00
6.2.2.1.1.01.07.01 - FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	19.478,00	19.612,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.478,00	19.612,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	171.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	171.000,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	0,00	171.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	171.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	171.000,00	0,00	13.200,00	0,00	15.000,00	0,00	169.200,00
6.2.2.1.1.02.01.05 - INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00
TOTAIS:	937.654,51	1.196.530,00	136.448,49	21.966,34	1.559,00	28.785,34	1.072.544,00	1.189.711,00

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Introdução à execução transferências de recursos

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

Beneficiário	Modalidade	Situação	Data Início	Data Término	Valor Total Pactuado	Valor Total Repassado
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí - CAU/PI	Contrato de repasse	Adimplente	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 426.085,00	R\$ 389.820,75

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí - CAU/PI

Beneficiário	Modalidade	Situação	Data Início	Data Término	Valor Total Pactuado	Valor Total Repassado
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR	Outro	Adimplente	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 40.829,00	R\$ 40.002,00
Oficina da Palavra e Empreendimentos Culturais Ltda - ME	Outro	Adimplente	30/03/2016	02/04/2016	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR	Outro	Adimplente	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 19.612,00	R\$ 19.612,00

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	1.189.711,00	965.116,00	224.595,00
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	1.018.711,00	965.116,00	53.595,00
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	248.303,25	239.942,35	8.360,90
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	248.303,25	239.942,35	8.360,90
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - ANUIDADES	248.303,25	239.942,35	8.360,90
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - 6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Pessoa Física - do Exercício	212.954,06	182.669,62	30.284,44
6.2.1.2.1.02.01.01.002 - 6.2.1.2.1.02.01.01.002 - Pessoa Física - do Exercício Anterior	0,00	19.053,63	-19.053,63
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - 6.2.1.2.1.02.01.01.003 - Pessoa Jurídica - do Exercício	35.349,19	32.813,69	2.535,50
6.2.1.2.1.02.01.01.004 - 6.2.1.2.1.02.01.01.004 - Pessoa Jurídica - do Exercício Anterior	0,00	5.405,41	-5.405,41
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	299.774,02	271.778,31	27.995,71
6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	1.069,92	-1.069,92
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Pessoa Física	0,00	1.069,92	-1.069,92
6.2.1.2.1.05.05 - 6.2.1.2.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	299.774,02	270.439,31	29.334,71
6.2.1.2.1.05.05.02 - 6.2.1.2.1.05.05.02 - Pessoa Física - RRT	294.774,02	266.152,47	28.621,55
6.2.1.2.1.05.05.03 - 6.2.1.2.1.05.05.03 - Multa - RRT Extemporâneo	5.000,00	4.286,84	713,16
6.2.1.2.1.05.07 - 6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	269,08	-269,08

6.2.1.2.1.05.07.14 - 6.2.1.2.1.05.07.14 - Taxa de Expediente - RRT Extemporâneo	0,00	269,08	-269,08
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	28.530,28	43.619,12	-15.088,84
6.2.1.2.1.06.02 - 6.2.1.2.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.000,28	6.171,88	-5.171,60
6.2.1.2.1.06.02.01 - 6.2.1.2.1.06.02.01 - Pessoas Físicas	1.000,28	6.171,88	-5.171,60
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.530,00	37.447,24	-9.917,24
6.2.1.2.1.06.05.04 - 6.2.1.2.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	5.530,00	9.178,03	-3.648,03
6.2.1.2.1.06.05.04.001 - 6.2.1.2.1.06.05.04.001 - Pessoas Físicas	5.530,00	9.178,03	-3.648,03
6.2.1.2.1.06.05.07 - 6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.000,00	28.269,21	-6.269,21
6.2.1.2.1.06.05.07.001 - 6.2.1.2.1.06.05.07.001 - CDB/RDB - Títulos de Renda Fixa	22.000,00	28.269,21	-6.269,21
6.2.1.2.1.07 - 6.2.1.2.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	426.085,00	389.820,75	36.264,25
6.2.1.2.1.07.01 - 6.2.1.2.1.07.01 - Transferencias Intragovernamentais	426.085,00	389.820,75	36.264,25
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.018,45	19.955,47	-3.937,02
6.2.1.2.1.08.02 - 6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	16.018,45	19.955,47	-3.937,02
6.2.1.2.1.08.02.01 - 6.2.1.2.1.08.02.01 - Pessoas Físicas	4.018,45	78,00	3.940,45
6.2.1.2.1.08.02.03 - 6.2.1.2.1.08.02.03 - Documento de Fiscalização	12.000,00	19.877,47	-7.877,47
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	171.000,00	0,00	171.000,00
6.2.1.2.2.05 - 6.2.1.2.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	171.000,00	0,00	171.000,00
6.2.1.2.2.05.01 - 6.2.1.2.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	171.000,00	0,00	171.000,00
6.2.1.2.2.05.01.01 - 6.2.1.2.2.05.01.01 - SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Superávit do Orçamento Corrente)	171.000,00	0,00	171.000,00

4.3.4 DESPESAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	351.579,97	368.561,86	351.579,97	368.561,86	0,00	0,00	351.579,97	368.561,86
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	90.469,00	93.323,54	90.469,00	93.323,54	0,00	0,00	90.469,00	93.323,54
Demais elementos do grupo	173.246,34	154.279,44	173.246,34	154.279,44	0,00	0,00	173.246,34	154.279,44
2. Juros e Encargos da Dívida								
6.2.2.1.1.01.05.01.004 - Taxas Bancárias	12.035,92	11.173,55	12.035,92	11.173,55	0,00	0,00	12.035,92	11.173,55
Demais elementos do grupo	6.141,80	5.110,88	6.141,80	5.110,88	0,00	0,00	6.141,80	5.110,88
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.04.010 - Locação de Bens Imóveis	37.064,00	37.197,78	37.064,00	37.197,78	0,00	0,00	37.064,00	37.197,78
6.2.2.1.1.01.04.04.012.001 - serviços de reparo, conservação e manutenção	13.153,40	35.644,92	13.153,40	35.644,92	0,00	0,00	13.153,40	32.869,53
6.2.2.1.1.01.04.04.016 - Serviços de Correios e Telégrafos	4.967,97	13.370,10	4.967,97	13.370,10	0,00	0,00	4.967,97	13.370,10
6.2.2.1.1.01.04.04.020 - Despesas com Telecomunicações	13.433,17	13.648,69	13.433,17	13.648,69	0,00	0,00	12.154,81	12.353,74
6.2.2.1.1.01.04.06.001 - Conselheiros/Convidados (Passagens)	26.644,79	27.290,49	26.644,79	27.290,49	0,00	0,00	26.644,79	27.290,49
6.2.2.1.1.01.04.06.002 - Funcionários (Passagens)	19.804,09	25.981,59	19.804,09	25.981,59	0,00	0,00	19.804,09	25.981,59
Demais elementos do grupo	88.051,81	38.863,55	88.051,81	38.863,55	0,00	0,00	88.051,81	37.739,73
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo	0,00	81.561,45	0,00	7.061,45	0,00	74.500,00	0,00	7.061,45
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO V - Despesas Totais por Modalidade de Contratação.pdf - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Vide anexo do tópico 4.3.4 na sessão 11

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Introdução aos resultados alcançados

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí alcançou no exercício de 2016 desempenho esperado, tendo em vista as metas e objetivos traçados. Das principais ações desenvolvidas em atendimento aos objetivos estratégicos priorizados para o exercício, menciona-se em:

- I- **Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo:** em 2016, com o objetivo de incrementar a fiscalização nos municípios do interior do estado, foram realizadas viagens para realização de visitas nos principais órgãos dos municípios além de fiscalização nas obras;
- II- **Promover o exercício ético e qualificado da profissão:** foi realizado Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, além da realização de visitas às faculdades para realização de palestras sobre a existência do CAU/PI e suas competências;
- III- **Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade:** além dos atendimentos realizados na sede do Conselho na capital, foi desenvolvido o atendimento itinerante no interior do estado, buscando tirar dúvidas dos Arquitetos e criar um vínculo de diálogo com os profissionais e a sociedade.
- IV - **Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade:** foi realizada a contratação de empresa de assistência técnica dos equipamentos de informática deste Conselho, além de contratação de novo sistema de folha de pagamento, buscando melhor atender as demandas do Conselho e atendimento aos Arquitetos e sociedade. Houve ainda treinamento sobre a ferramenta IGEO (Sistema de Inteligência Geográfica), com a participação de representante do CAU/BR.

Dentre os principais resultados alcançados em 2016, destacam-se os seguintes:

I - Para o alcance do objetivo de “**Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo**”, no início do ano de 2016 houve o desenvolvimento de um plano para o setor de Fiscalização visando criação de estratégias e programação de ações. Estabeleceu-se como metas principais o aumento da quantidade de obras fiscalizadas, melhorar a orientação aos profissionais, utilizar com maior frequência os softwares disponíveis (IGEO, MobiArq) e aumentar o número de Registros de Responsabilidade Técnica. Para o alcance das metas, manteve-se como objeto de fiscalização os *shopping centers*, prédios comerciais e obras em geral, porém desenvolveu-se um olhar mais atencioso às construções efêmeras e o desempenho de cargo ou função técnica. Houve um aumento da fiscalização de arquitetura de interiores ao se apurar a fiscalizar condomínios verticais em construção, período em que várias reformas de ambientes são executadas. A equipe técnica, até então já acostumada a visitar condomínios horizontais, aumentou a frequência das fiscalizações em prédios residenciais. Outra ação que trouxe bastante retorno ao Conselho foi a notificação dos professores das faculdades de arquitetura do Estado solicitando que fossem realizados os RRTs de cargo ou função de acordo com as atividades de ensino que estavam desempenhando na instituição. Segundo essa mesma linha, órgãos públicos e pessoas jurídicas começaram a ser oficiados para que informassem se há em seu quadro de funcionários arquitetos e urbanistas para, posteriormente, os profissionais serem informados da necessidade de cadastro do RRT de cargo ou função. Em setembro de 2016 o CAU/PI recebeu um representante do CAU/BR, Renato Viana, para ministrar um curso sobre as funcionalidades do IGEO. O curso, voltado para a geração de filtros e relatórios além de criação de tarefas e rotas de fiscalização, auxiliou a equipe e tornou possível a utilização do *software* para agilizar e organizar as ações do setor. Foram realizadas 07 (sete) viagens de fiscalização, que abrangeram 25 (vinte e cinco) cidades, sendo elas: José de Freitas, Barras, Batalha, Demerval Lobão, Monsenhor Gil, Elesbão Veloso, Barro Duro, Passagem Franca, Valença, Picos, Campo Maior, Piripiri, Parnaíba, Cajueiro da Praia, Regeneração, Oeiras, Simplício Mendes, São Raimundo Nonato, Altos, Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Lagoa do Piauí, Angical, Floriano e Uruçuí. No planejamento das

viagens houve a preocupação em visitar todas as zonas do Estado e a escolha das cidades foi feita através de filtros no IGEO e SICCAU relacionados à quantidade de Registros de Responsabilidade Técnica dos locais, além do número de profissionais atuantes na área, considerando também tamanho e população dos municípios. Nas fiscalizações realizadas em 2016 tanto na capital quanto no interior, foram emitidos ao todo 452 relatórios de fiscalização, que resultaram em 301 notificações preventivas e 213 autos de infração. O número de denúncias recebidas deixou a desejar, tendo sido cadastradas apenas 10 durante todo o ano. Em linhas gerais, considera-se que o desempenho do setor alcançou o nível satisfatório, podendo ser aprimorado em alguns fatores importantes como a orientação técnica aos profissionais acerca de funcionalidades do SICCAU (como o cadastro de denúncias e o MobiArq) e das resoluções.

II - Para “**Promover o exercício ético e qualificado da profissão**” o CAU/PI realizou o Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo com a presença de representantes dos CAU/UF e CAU/BR, além da realização de visitas às faculdades para realização de palestras sobre a existência do CAU/PI e suas competências, com entrega de exemplares do código de ética e disciplina para Arquitetos e Urbanistas.

III - Na busca de “**Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade**” o CAU/PI realiza o programa atendimento itinerante que visa levar aos arquitetos do interior do Estado orientações acerca de vários assuntos relacionados ao Conselho, além de prestar atendimento pessoal para resolução de dúvidas e entraves no exercício profissional dos arquitetos e urbanistas. No planejamento das viagens a escolha das cidades a receber o programa foi feita através de filtros no IGEO relacionados ao número de profissionais atuantes na área, pois a grande maioria dos atendimentos realizados pelo CAU são para arquitetos. No total ocorreram duas viagens do Atendimento Itinerante, sendo uma ao norte do Estado e outra ao sul. Na viagem com destino ao norte, foi realizado atendimento aos profissionais nas cidades de Piri-piri e Parnaíba, além de reunião entre a presidência do Conselho e os arquitetos residentes nesta última. A viagem ao sul do Piauí realizou atendimento ao público em Floriano e Uruçuí. Quanto aos atendimentos, foram realizados 4.898 (quatro mil oitocentos e noventa e oito), considerando todas as modalidades. A maior parte, 35,34% desse número, refere-se a atendimentos telefônicos, seguido de e-mails (25,7%), análises do SICCAU (25,31%) e por último, o atendimento presencial (13,65%). Houve melhora no tempo de respostas do Gerenciador Avançado de Demandas (GAD) do CAU/BR, necessário quando o objeto de análise ou solicitação foge à nossa competência. Dos 113 chamados abertos, apenas 3 ainda não foram solucionados. Essa maior agilidade melhorou o atendimento aos profissionais com casos mais específicos. O programa Atendimento Itinerante. Também em 2016 foram realizadas ações educacionais realizando palestras de apresentação do Conselho para turmas de formandos além de o CAU/PI ter recebido um grupo de alunos de uma Instituição de Ensino Superior que realizou uma espécie de entrevista com o presidente, o coordenador da Comissão de Ética, Ensino e Exercício Profissional do CAU/PI e a gerente técnica na própria sede do Conselho. No geral não houveram reclamações por parte dos profissionais. De acordo com os relatórios enviados pelo Tele Atendimento Qualificado – TAQ, durante o ano de 2016 apenas 11 das 119 ligações feitas por arquitetos do Piauí eram referentes a reclamações (9%). Sempre houve a preocupação de se investigar as causas de reclamações relatadas ao *call center* e a maior parte se referia a falhas no sistema. Houve ainda a confecção de 1.000 (mil) folders contendo as atribuições dos Arquitetos e Urbanistas para que fossem entregues aos profissionais e sociedade. O CAU/PI busca ainda o estímulo ao conhecimento e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo através de patrocínios em eventos de importância para a área de Arquitetura e Urbanismo e promove treinamento e capacitações para seus dirigentes e colaboradores. Em linhas gerais, considera-se que o desempenho dos setores alcançou o nível satisfatório, podendo ser aprimorado em alguns fatores importantes, principalmente no que se refere à implantação do Programa Tira-Dúvidas e no envio frequente de e-mails informativos.

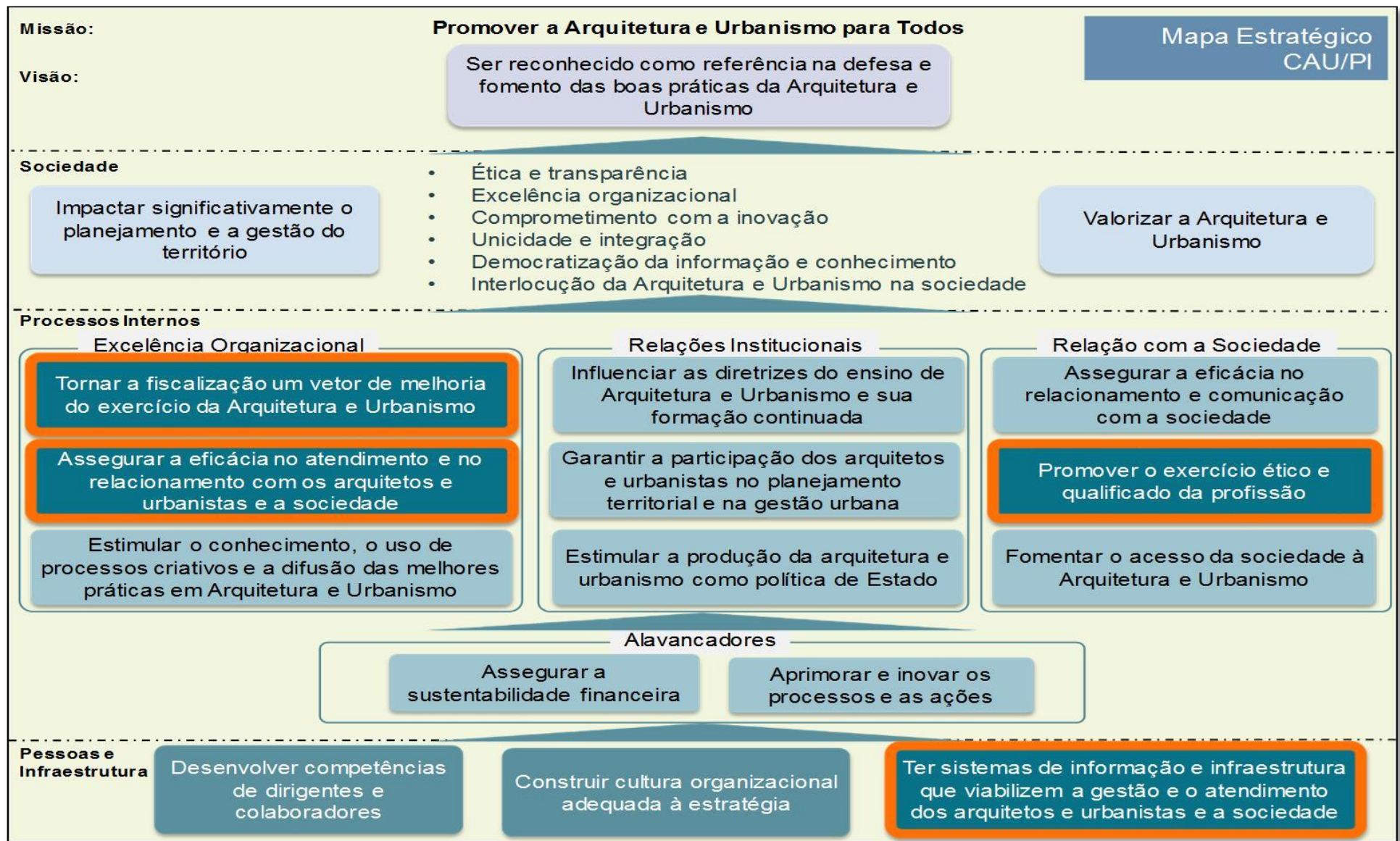
IV – Buscando “**Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o**

atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade”, em 2016, o CAU/PI adquiriu 03 (três) impressoras, 01 (um) estabilizador, 01 (um) roteador e 01 (um) monitor de câmeras, contribuindo para aprimoramento na estruturação física da sede do CAU/PI, bem como na melhoria dos serviços prestados. Realizou ainda a contratação de empresa de assistência técnica para os equipamentos de informática e adquiriu novo sistema de folha de pagamento. Em setembro de 2016, este Conselho recebeu um representante do CAU/BR, Renato Viana, para ministrar curso sobre as funcionalidades do IGEO (Sistema de Inteligência Geográfica), voltado para a geração de filtros e relatórios além de criação de tarefas e rotas de fiscalização, auxiliou a equipe e tornou possível a utilização do software para agilizar e organizar as ações do setor.

4.5 INDICADORES

ANEXO - Tabela de Indicadores - Vide anexo do tópico 4.5 no final da seção

Mapa Estratégico - CAU/PI - Anexo do tópico 4.1.2



Limites Estratégicos - Anexo do tópico 4.2

5- LIMITES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS ESTRATÉGICOS:

BASE DE CÁLCULO	APLICAÇÕES DE RECURSOS		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	1. Receita de Arrecadação		569.626	539.784	94,8%
	2. Recursos do fundo de apoio (CAU Básico)		426.085	389.821	91,5%
	3. Soma (1+2)		995.711	929.605	93,4%
	4. Aportes ao Fundo de Apoio		19.612	19.612	100,0%
	5. Aportes ao CSC + Fundo de Reserva do CSC		40.829	40.002	98,0%
	6. Receita da Arrecadação Líquida (RAL = 3 - 4 - 5)		935.270	869.991	93,0%

BASE DE CÁLCULO	FOLHA DE PAGAMENTO		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	A. Pessoal e Encargos (Valores totais)		580.706,09	570.764,84	98,3%
	B. Valor total das rescisões contratuais, auxílio alimentação, auxílio transporte, plano de saúde e demais benefícios.		46.372,95	49.714,70	107,2%
	C. Receitas Correntes		1.018.711	965.116,00	94,7%

BASE DE CÁLCULO (Item 6)	LIMITES		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
	Fiscalização (mínimo de 20 % do total da RAL)	Valor	349.412	240.567,33	68,8%
		%	37,4%	27,7%	(9,7)
	Atendimento (mínimo de 10 % do total da RAL)	Valor	131.591	130.104,03	98,9%
		%	14,1%	15,0%	0,9
	Comunicação (mínimo de 3% do total da RAL)	Valor	43.060	37.495,53	87,1%
		%	4,6%	4,3%	(0,3)
	Patrocínio (máximo de 5% do total da RAL)	Valor	6.000	2.100,00	35,0%
		%	0,6%	0,2%	(0,4)
	Objetivos Estratégicos Locais (mínimo de 6 % do total da RAL)	Valor	512.378,00	491.006,05	95,8%
		%	54,8%	56,4%	1,7
	Reserva de Contingência (até 2 % do total da RAL)	Valor	18.858	-	0,0%
		%	2,0%	0%	(2,0)

LIMITES		Valor Aprovado (R\$)	Valor Executado (R\$)	% de Execução
Despesas com Pessoal (máximo de 55% sobre as Receitas Correntes. Não considerar despesas decorrentes de rescisões contratuais, auxílio alimentação, auxílio transporte, plano de saúde e demais benefícios)	Valor	534.333	521.050,14	97,5%
	%	52,5%	54,0%	1,5
Capacitação (mínimo de 2% e máximo de 4% do valor total das respectivas folhas de pagamento -salários, encargos e benefícios)	Valor	12.000,00	8.668,47	72,2%
	%	2,1%	1,5%	(0,5)

COMENTÁRIOS/JUSTIFICATIVAS PARA AS VARIAÇÕES EM ÍNDICES APROVADOS/REALIZADOS.

Em relação ao executado na célula L5, o valor de R\$ 7.058,26 corresponde a despesas com rescisões contratuais, R\$ 40.109,50 refere-se a despesas com auxílio alimentação e R\$ 2.546,94 refere-se a auxílio transporte.

**Despesas Totais por Modalidade de
Contratação.pdf - Despesas Totais por
Modalidade de Contratação - Anexo do
tópico 4.3.4**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Empenhada						Despesa Paga					
	2016			2015			2016			2015		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	26	74.082,27	7,26	0	0,00	0	26	71.885,88	7,64	0	0,00	0
b) Tomada de Preços	1	74.500,00	7,30	0	0,00	0	1	0,00	0	0	0,00	0
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	48	111.984,30	10,97	0	0,00	0	48	109.876,59	11,67	0	0,00	0
j) Inexigibilidade	6	13.230,60	1,30	0	0,00	0	6	13.230,60	1,41	0	0,00	0
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	38	423.426,14	41,48	0	0,00	0	38	423.426,14	44,99	0	0,00	0
m) Diárias	29	43.600,00	4,27	0	0,00	0	29	43.600,00	4,63	0	0,00	0
5. Total												
	148	740.823,31	72,57	0	0,00	0	148	662.019,21	70,34	0	0,00	0
6. Total Geral												
	278	1.020.897,54	100	284	943.133,57	100	278	941.203,38	100	284	941.855,21	100

Tabela de Indicadores - Anexo do t3pico 4.5

7- INDICADORES DE RESULTADO

7- INDICADORES DE RESULTADO						
Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice da capacidade de fiscalização (Estados)	$\frac{\text{quantidade de serviços fiscalizados pelo CAU/UF}}{\text{número de serviços em execução conhecidos no Estado}} \times 100$ (acumulado no ano)	trimestral	31/12/2016	80%	9,5%	Histórico do índice em 2016: 4% (1º quadrimestre), 9% (2º quadrimestre) e encerrou o ano com 9,5%, devido ao aumento da quantidade de serviços fiscalizados (458) e aumento do número de serviços em execução conhecidos no Estado (4.817).
Índice de presença profissional nos serviços fiscalizados (Estados)	$\frac{\text{quantidade de presença profissional (com RRT)}}{\text{número de serviços fiscalizados no Estado}} \times 100$ (acumulado no ano)	trimestral	31/12/2016	80%	11%	Este índice continuou a reduzir consideravelmente, já que o número de serviços fiscalizados no Estado (458) não acompanha a quantidade de presença profissional com RRT (4.817).
Índice de RRT por mês por profissional ativo (Estados)	$\frac{\text{número total de RRT registrados por mês}}{\text{número total de profissionais ativos no Estado}}$	trimestral	31/12/2016	0,5	5,4	Histórico do índice em 2016: 1,04 (1º quadrimestre), 3,2 (2º quadrimestre) e encerrou o ano com 6,32. Este índice ultrapassou, portanto, a meta esperada.
Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de atendimento (Estados)	$\frac{\text{número de solicitações tratadas em até 30 dias}}{\text{número de solicitações}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2016	100%	100%	Meta alcançada conforme o esperado.
Índice de satisfação com a solução da demanda (Estados)	$\frac{\text{número de usuários satisfeitos com a solução da demanda}}{\text{número de usuários que responderam a pesquisa}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2016	85%	99%	Meta ultrapassou o esperado.

Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice da intenção (plano) de investimento em patrocínios (Estados)	$\frac{\text{valor orçamentário destinado a patrocínios}}{\text{orçamento total}} \times 100$ (valor do ano)	trimestral	31/12/2016	0,5	0,2	Valor orçamentário destinado a patrocínios: R\$ 2.100,00/ Valor orçamento total empenhado foi : R\$ 1.020.897,54.
Índice da capacidade de execução dos investimentos em patrocínios (Estados)	$\frac{\text{valor orçamentário investido (executado) em patrocínios}}{\text{valor orçamentário destinado a patrocínios}} \times 100$ (acumulado no ano)	trimestral	31/12/2016	100	35	Foi executado a patrocínios, até 31/12/2016, R\$ 2.100,00. O orçamento total para o ano é R\$ 6.000,00. Esta meta não foi atingida pois algumas das oportunidades de patrocínio que surgiram no decorrer de 2016, não foram aprovadas em Plenária devido as dificuldades de operacionalização dos mesmos como: solicitação por pessoas físicas, projetos com objetivos divergentes aos da Arquitetura, dentre outros.
Promover o exercício ético e qualificado da profissão	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de escolas que possuem disciplinas com conteúdo sobre a ética profissional (Estados)	$\frac{\text{número de escolas do Estado com ética profissional na grade curricular}}{\text{número total de escolas do Estado}} \times 100$ (valor do ano)	anual	31/12/2016	75%	80%	Meta ultrapassou o esperado.
Índice de eficiência na conclusão de processos éticos (Estados)	$\frac{\text{número de processos éticos concluídos em um ano}}{\text{número total de processos éticos}} \times 100$ (valor do ano)	anual	31/12/2016	80%	100%	Quantidade de processos éticos em 2016: 01 (um).
Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de RRT por população (1.000 habitantes) (Estados)	$\frac{\text{número total de RRT do Estado}}{\text{população do Estado (1000 habitantes)}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2016	4,9	1,51	Histórico do índice em 2016: 0,6% (1º quadrimestre), 1,25% (2º quadrimestre) e encerrou o ano com 1,51%. Este índice não foi atingido pois a situação econômica do Estado freou o campo da construção civil acarretando uma queda nas atividades.
Assegurar a sustentabilidade financeira	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de receita por arquiteto e urbanista (Estados)	$\frac{\text{receita corrente do Estado}}{\text{arquiteto e urbanista ativo no Estado}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2016	1.500	1.266,55	Histórico do índice em 2016: R\$ 773,11 (1º quadrimestre), R\$ 1.131,00 (2º quadrimestre) e encerrou o ano com R\$ 1.266,55.
Relação receita/custo de pessoal (Estados)	$\frac{\text{custo de pessoal do Estado}}{\text{receita corrente do Estado}} \times 100$	trimestral	31/12/2016	49,7%	59,0%	Esse índice não atingiu a meta porque a recita corrente ficou abaixo do previsto para o ano e o custo de pessoal foi executado conforme o programado.
Índice de inadimplência pessoa física (Estados)	$\frac{\text{total de profissionais inadimplentes}}{\text{total de profissionais ativos}} \times 100$	mensal	31/12/2016	6,6%	23,4%	A meta não foi alcançada.
Índice de inadimplência pessoa jurídica (Estados)	$\frac{\text{total de empresas inadimplentes}}{\text{total de empresas ativas}} \times 100$	mensal	31/12/2016	11,5%	33,6%	Histórico do índice em 2016: 29% (1º quadrimestre), 20% (2º quadrimestre) e encerrou o ano com R\$ 15%. Resultado positivo, embora não tenha atingido a meta.

Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Média de horas de treinamento por colaboradores e dirigentes (Estados)	$\frac{\text{horas totais de treinamento}}{\text{número total de colaboradores e dirigentes}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2016	16	26	Histórico do índice em 2016: 09 horas (1º quadrimestre), 15 horas (2º quadrimestre) e encerrou o ano com 26 horas . Este índice ultrapassou, portanto, a meta esperada.
Índice de aproveitamento dos treinamentos (Estados)	$\frac{\text{número de colaboradores e dirigentes com bom desempenho no treinamento}}{\text{total de colaboradores e dirigentes treinados}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2016	90%	100%	Meta ultrapassou o esperado.
Construir cultura organizacional adequada à estratégia	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de engajamento dos colaboradores e dirigentes (Estados)	$\frac{\text{número de colaboradores e dirigentes do CAU engajados de acordo com pesquisa de engajamento}}{\text{número de colaboradores e dirigentes do CAU}} \times 100$ (valor do ano)	anual	31/12/2016	90%	100%	Meta ultrapassou o esperado.
Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade	Fórmula	Periodicidade	Data da última medição	Meta Prevista	Meta Alcançada	Avaliação sobre o desempenho
Índice de satisfação interna com a tecnologia utilizada (Estados)	$\frac{\text{número de usuários internos satisfeitos com a tecnologia}}{\text{total de usuários internos que participaram da pesquisa}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2016	70%	57%	Histórico do índice em 2016: 50% (1º quadrimestre), 37,5% (2º quadrimestre) e encerrou o ano com R\$ 57%. A baixa satisfação é decorrente dos sistemas utilizados (principalmente o SICCAU). O SICCAU gera, por muitas vezes, informações desencontradas e, portanto, não confiáveis.
Índice de satisfação externa com a tecnologia utilizada (Estados)	$\frac{\text{número de usuários externos satisfeitos com a tecnologia}}{\text{total de usuários externos que participaram da pesquisa}} \times 100$ (valor do trimestre)	trimestral	31/12/2016	80%	90,8%	Meta ultrapassou o esperado.

ORIENTAÇÕES: Informar as metas previstas/alcançadas relacionadas aos indicadores apresentados, por objetivo estratégico, no Plano de Ação 2016.

5 - GOVERNANÇA

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Conforme o Regimento Interno do CAU/PI a estrutura organizacional do CAU/PI é composta pelos órgãos: Deliberativo (Plenário); Executivo (Presidência, Vice-presidência) e Assistência Direta e Indireta (Gerências, Assessorias, Consultorias e Diretoria). O Plenário do CAU/PI é constituído por Conselheiros Estaduais, em conformidade com a proporção determinada pelo art. 32, § 1º, da Lei nº 12.378, de 2010, eleitos diretamente pelos Arquitetos e Urbanistas regularmente inscritos no CAU/PI. Manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo da espécie Deliberação Plenária, normativa ou ordinatória.

O CAU/PI possui 14 conselheiros atualmente, sendo 07 conselheiros titulares (incluindo o Presidente e Vice-Presidente) e 07 suplentes de conselheiros, possui ainda 01 conselheiro deferal titular e 01 suplente de conselheiro feral.

5.1 GOVERNANÇA

Conforme o Regimento Interno do CAU/PI a estrutura organizacional do CAU/PI é composta pelos órgãos: Deliberativo (Plenário); Executivo (Presidência, Vice-presidência) e Assistência Direta e Indireta (Gerências, Assessorias, Consultorias e Diretoria); O Plenário do CAU/PI é constituído por Conselheiros Estaduais, em conformidade com a proporção determinada pelo art. 32, § 1º, da Lei nº 12.378, de 2010, eleitos diretamente pelos Arquitetos e Urbanistas regularmente inscritos no CAU/PI. Manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo da espécie Deliberação Plenária, normativa ou ordinatória.

Consultivos de Apoio ao Plenário (Comissões Permanentes – Comissão de finanças, atos administrativos e Planejamento Estratégico e Comissão de ética, ensino e exercício profissional, comissões especiais e grupos de trabalho); As comissões ordinárias têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, relacionadas à ética, à formação, ao exercício profissional, à gestão administrativo-financeira e à organização do CAU/PI, bem como à comunicação e aos relacionamentos institucionais.

Colegiado com a participação das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 61 da Lei nº 12.378, de 2010.

Para a execução de suas ações, o CAU/PI é estruturado em unidades organizacionais responsáveis pelos serviços administrativos, financeiros, técnicos e jurídicos conforme organograma aprovado em ato administrativo próprio pelo Plenário do CAU/PI.

As unidades organizacionais do CAU/PI são: Gerência Geral; Secretaria Geral, com secretarias de apoio às comissões e aos órgãos colegiados; Gerência Técnica e de Fiscalização e Gerência Administrativa/Financeira; Assessoria Jurídica e Assessoria de Comunicação e Parlamentar e Ouvidoria.

A Presidência é a instância executiva máxima do CAU/PI e tem por finalidade Decidir sobre os assuntos administrativos relacionados às competências do CAU/PI, zelando pelo cumprimento das disposições legais vigentes, assim como das decisões emanadas do Plenário. O Vice-Presidente, responderá pela Presidência na ausência temporária e impedimento do Presidente, ou no caso de vacância. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, responderão pelas respectivas funções, temporariamente e pela ordem, o Diretor Financeiro-Administrativo, o Diretor Financeiro-Administrativo Adjunto.

A Gerência, as Assessorias e a Consultoria são órgãos de apoio que têm a finalidade de auxiliar a Presidência no desenvolvimento de atividades permanentes ou temporárias, fazendo cumprir as disposições legais e normativas vigentes, assim como as decisões do Plenário. As Comissões Permanentes são órgãos de apoio técnico que têm a finalidade de auxiliar o Plenário no desenvolvimento de atividades contínuas e relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico, administrativo e financeiro.

As Comissões Especiais são órgãos de apoio técnico que tem a finalidade de auxiliar o Plenário no desenvolvimento de atividades temporárias relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico, administrativo e financeiro. O grupo de trabalho é órgão de caráter temporário que tem por finalidade subsidiar os órgãos da estrutura básica e da estrutura de suporte por intermédio do estudo de tema específico, objetivando fixar entendimentos e apresentar propostas o GT é instituído pelo Plenário.

Os Órgãos de Direção, Execução e Apoio do CAU/PI são responsáveis pelos serviços administrativos, financeiros, jurídicos e técnicos e tem por finalidade prover apoio para o funcionamento da estrutura básica e da estrutura de suporte, para a fiscalização do exercício profissional e para a gestão do CAU. Para facilitar e tornar mais eficiente os trabalhos de fiscalização do exercício profissional em municípios ou regiões do Estado do Piauí, o Conselho poderá criar representações e escritórios descentralizados. Cada Representação Regional e escritório descentralizado terá sua jurisdição fixada pelo CAU/PI.

5.2 DIRIGENTES

Dirigente:	EMANUEL RODRIGUES CASTELO BRANCO
CPF:	047.112.383-87
Cargo:	PRESIDENTE
Registro Profissional:	A40903-0
Entidade:	CAU/PI
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleição
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	11/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	HUMBERTO GONZAGA DA SILVA
CPF:	514.786.503-97
Cargo:	VICE-PRESIDENTE
Registro Profissional:	A31148-0
Entidade:	CAU/PI
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleição
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	11/12/2014
Data inicial do mandato:	01/01/2015
Data final do mandato:	31/12/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	ANA LÚCIA RIBEIRO CAMILLO DA SILVEIRA
CPF:	078.225.963-49
Cargo:	CONSELHEIRO TITULAR
Registro Profissional:	A5901-3
Entidade:	CAU/PI
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleição
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: NORMANDES SILVA MALTA

CPF: 439.351.683-49

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A37823-2

Entidade: CAU/PI

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleição

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: FABRÍCIO ESCÓRCIO BENEVIDES

CPF: 707.720.103-15

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A32973-8

Entidade: CAU/PI

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleição

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: THAIS RODRIGUES IBIAPINO

CPF: 004.477.533-47

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A63217-1

Entidade: CAU/PI

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleição

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: PATRICIA MENDES DOS SANTOS

CPF: 470.611.033-53

Cargo: CONSELHEIRO TITULAR

Registro Profissional: A29093-9

Entidade: CAU/PI

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleição

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: JOSÉ RICARDO DE FREITAS DIAS

CPF: 795.078.087-87

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A12648-9

Entidade: CAU/PI

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleição

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA DA COSTA

CPF: 394.773.713-00

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A26998-0

Entidade: CAU/PI

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleição

Ato de designação: Ata de Posse
Data do Ato de designação: 11/12/2014
Data inicial do mandato: 01/01/2015
Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: ARACELLY MOREIRA MAGALHÃES

CPF: 822.928.413-04

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A35413-9

Entidade: CAU/PI

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleição

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: ISOLDA ARAÚJO LUSTOSA CUNHA NOGUEIRA

CPF: 470.629.323-53

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A37364-8

Entidade: CAU/PI

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleição

Ato de designação: Ata de Posse

Data do Ato de designação: 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: ÉDER NEIVA DE CASTRO

CPF: 695.751.004-25

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A21912-6

Entidade: CAU/PI

Processo de escolha de Eleição

**dirigentes e exigências
quanto ao perfil:**

Ato de designação: Ata de Posse

**Data do Ato de
designação:** 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: JOSÉ GERARDO DA FONSECA SOARES

CPF: 305.279.293-87

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A37823-2

Entidade: CAU/PI

**Processo de escolha de
dirigentes e exigências
quanto ao perfil:** Eleição

Ato de designação: Ata de Posse

**Data do Ato de
designação:** 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

Dirigente: ROGÉRIO PEREIRA DA SILVA ROCHA

CPF: 742.998.833-49

Cargo: SUPLENTE DE CONSELHEIRO

Registro Profissional: A47744-3

Entidade: CAU/PI

**Processo de escolha de
dirigentes e exigências
quanto ao perfil:** Eleição

Ato de designação: Ata de posse

**Data do Ato de
designação:** 11/12/2014

Data inicial do mandato: 01/01/2015

Data final do mandato: 31/12/2017

Informações adicionais

5.3 AUDITORIA

No âmbito de funcionamento dos CAU, tanto o nacional quanto os estaduais e do Distrito Federal, uma das instâncias de controle é a realização de auditoria junto aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, com o objetivo de garantir a observância dos princípios constitucionais de legalidade, moralidade e eficiência na gestão pública. O processo é realizado por empresa de auditoria independente especialmente contratada para tal fim. As principais conclusões da auditoria realizada no CAU/UF estão no documento anexo Relatório dos Auditores Independentes. Ressalta-se, ainda, a Comissão de Contas que cumprem papel similar, efetuando vistas, observações, sugestões, recomendações e apontamentos sobre todas as contas (balancetes, balanços), orçamento anual, Plano de Ação, reformulações e transposições, execução orçamentária (desempenho da arrecadação e gastos por unidade de contas, projeto/atividade), e ainda análise dos relatórios com informações gerenciais.

5.4 APURAÇÕES

Não existiu ato ilícito no CAU/PI.

5.5 GESTÃO RISCOS

O CAUPI pela estrutura de pessoal que dispõe não possui um sistema de gestão de riscos próprio, fazendo uso do auxílio do CAUBR para acompanhamento da gestão.

5.6 REMUNERAÇÕES

Em conformidade com o Art. 40 da Lei nº 12.378/2010: " O exercício das funções de presidente e de conselheiro do CAU/BR e dos CAUs não será remunerado."

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	Foi realizado o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, segundo os ditames jurisprudenciais do TCU, sem prejuízo da melhor forma de assegurar-se a qualificação técnica de possíveis licitantes, nos limites legais.		
NOME DA EMPRESA CONTRATADA	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – SOCIEDADE SIMPLES.	CPNJ DA CONTRATADA	54.276.939/0001-79
ENDEREÇO DA EMPRESA CONTRATADA	Rua Major Quédinho, nº 90, 3º andar, Bairro Consolação, CEP: 01050-030, São Paulo – SP.		
CONTATO	Tel: +55 (11) 3848 5880, Fax: +55 (11) 3045 7363, site: www.bdobrazil.com.br		
DATA DO CONTRATO	24/02/2017	VALOR DO CONTRATO	R\$ 247.581,78
SERVIÇOS CONTRATADOS	Execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, quanto à posição financeiras e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF.		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	O contrato assinado com a licitante em 29/02/2016 teve vigência prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados de 1º/03/2017 a 28/02/2018 podendo, a critério da Contratante, e sob condições vantajosas, ser prorrogado mediante termo aditivo, por sucessivos períodos, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.		

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

INTRODUÇÃO SEÇÃO

Considerando a pequena quantidade de funcionários no CAU/PI, este não possui setor de RH ou Gestão de Pessoas, esta função é efetuada pelo setor contábil/financeiro, com supervisão da Gerência Geral.

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas do CAU/PI é efetuada pelo setor contábil/financeiro, através da contadora, conforme documentos contidos nos demais tópicos deste relatório e , tal atividade objetiva a capacitação e o incentivo dos profissionais no exercício de suas funções.

6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho da UPC

Introdução

O CAU/PI teve no início de 2016, 10 funcionários, destes, 03 de livre provimento e 07 contratados através do concurso público, edital nº 01/2013. Todos os funcionários possuem nível superior, no entanto 02 (dois) deles estão lotados em cargos de nível médio. Em relação a faixa etária, a maioria dos funcionários possuem menos de 30 (trinta) anos de idade.

Análise Crítica

Apesar da pouca quantidade de funcionários, em 2016, os resultados previstos foram alcançados.

Informações adicionais

No edital nº 01/2013 do Concurso Público do CAU/BR, o CAU/PI planejou a contratação de 09 funcionários no decorrer de 2 anos prorrogáveis. Até o fim de 2016 foram contratados 07 concursados, restando a contratação de 02. Quanto aos cargos de livre provimento, em 2016, o CAU/PI possuiu 03 funcionários comissionados, com a saída de um dos comissionados no início de fevereiro de 2016 restaram apenas 02 funcionários comissionados.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	9	7	1	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	9	7	1	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	9	7	1	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	3	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	12	10	1	1

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0

1.2. Membros de poder e agentes políticos	5	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	7	3

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

A maioria dos funcionários foram admitidos em concurso público, tendo ficado como cargo de livre provimento apenas a Gerências Geral, Gerência Técnica e de Fiscalização e a Secretaria Geral. As funções gratificadas são as de assistente e auxiliar jurídico das comissões ocupadas respectivamente pela Secretária Geral e advogado e os membros da comissão permanente de licitação.

Informações adicionais

No início de fevereiro de 2016 a gerente geral da época pediu demissão, com isso, a secretária geral assumiu a gerência deixando o cargo de secretária geral livre.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	3	3	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial	3	3	0	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	3	3	0	1

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

Apesar da pouca quantidade de funcionários, o CAU/PI tem atingido um atendimento de excelência sem perder a qualidade, tem atendido as demandas dentro dos prazos estipulados e tem conseguido atingir as metas dimensionadas para o ano.

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

A fiscalização por ser a área fim do Conselho ainda possui dificuldades para atuar, tendo em vista a contratação de apenas um analista e um assistente de fiscalização e grande área territorial do Estado. Porém, a cada ano esta fiscalização esta se intensificando e buscando a excelência e existe ainda, a previsão para contratação de novo analista de fiscalização, que poderá contribuir para a eficiência nesta área.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

A maioria dos servidores do CAU/PI são de cargos efetivos contratados através de concurso público, somente os cargos de funções especiais possuem cargos comissionados, como gerência geral, gerência técnica e de fiscalização e secretária geral.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

Não houveram aposentadorias em 2016.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

Não houveram afastamentos em 2016.

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Despesas com Pessoal

Análise Crítica

O CAUPI tem respeitado os limites regulatórios para despesas com pessoal fixados pelo CAUBR, como uma maneira de prevenir situações de sustentabilidade administrativa.

Informações Adicionais

No edital nº 01/2013 do Concurso Público do CAU/BR, o CAU/PI planejou a contratação de 09 funcionários no decorrer de 2 anos prorrogáveis. Até o fim de 2016 foram contratados 07 concursados, restando a contratação de 02. Quanto aos cargos de livre provimento, em 2016, o CAU/PI possuiu 03 funcionários comissionados, com a saída de um dos comissionados (Gerência Geral) no início de fevereiro de 2016 restaram apenas 02 funcionários comissionados, sendo que a secretária geral assumiu a gerência geral em fevereiro de 2016.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2016	207.573,70	0,00	21.071,46	8.064,99	61.234,59	0,00	1.450,96	0,00	0,00	299.395,70
2015	218.620,92	0,00	0,00	0,00	36.583,44	0,00	0,00	0,00	0,00	255.204,36
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	133.336,77	0,00	12.050,03	1.749,06	26.821,85	0,00	9.585,96	0,00	0,00	183.543,67

2015	212.517,06	0,00	0,00	0,00	18.719,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231.236,53
Servidores cedidos com ônus											
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS

O CAUPI tem respeitado os limites regulatórios para despesas com pessoal fixados pelo CAUBR, como uma maneira de prevenir situações de sustentabilidade administrativa.

6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Em 2016, o CAU/PI prorrogou o contrato nº 01/2015 (processo administrativo nº 17/2015, carta convite nº 01/2015), de serviços terceirizados de limpeza e manutenção da sede com a Empresa SETEC Construções e Serviços Gerais LTDA. O contrato foi prorrogado por 12 meses, com vigência a 15/06/2017.

6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O CAU/UF não possui área específica responsável pela gestão de TI por existir um centro de serviços compartilhados que gera uma série de vantagens para os CAU/UF e para a comunidade dos arquitetos e urbanistas como a melhor prestação de serviços em todo o país e de maneira uniformizada; economia de escala na compra de tecnologias e treinamento dos atendentes; e facilidade de atualização tecnológica, uma vez que o mesmo sistema será usado em todas as unidades da federação.

O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) gerencia serviços como o Sistema de Comunicação e Informação do CAU (SICCAU) e o Sistema de Inteligência Geográfica (IGEO), além de informações contábeis e gerenciais internas do CAU. Os custos são compartilhados entre o CAU/BR e os CAU/UF, em conformidade com as obrigações respectivas estabelecidas pela Lei 12.378/2010.

6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O CAU/UF, em conjunto com o CAU/BR, conta com o atendimento do Centro de Serviços Compartilhados-CSC, conforme definido na Resolução n. 92 do CAU/BR, de 10 de outubro de 2014, que compreendem os seguintes serviços:

a) Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) nos módulos:

1 - Gerencial: Orçamentário, Financeiro e Contábil, Centro de Custo, Patrimônio, Passagens e Diárias, Almoxarifado, Compras e Contratos;

2 - Corporativo e Ambiente Profissional;

3 - Sistema de Informação Geográfica;

b) Serviço de DATA CENTER;

c) Rede Integrada de Atendimento (RIA), compreendendo:

1 - Serviço de Tele Atendimento Qualificado (TAQ);

2 - Serviço Telefônico de Tele Atendimento 0800;

3 - Rede Social Corporativa dos Arquitetos e Urbanistas;

4 - Atendente Virtual

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O CAU/PI procura sempre atender as demandas da sociedade e mantê-la informada das ações e demais informações deste Conselho. Durante o exercício de 2016 utilizou-se o site do CAU/PI www.caupi.gov.br para divulgação de documentos e ações desenvolvidas por este Conselho. Além de possuir redes sociais para contato direto com a sociedade.

Iniciamos em 2016 a implantação do Portal da Transparência, porém este não foi implantado neste ano, devendo ser implantado no início do ano de 2017. Porém o site do CAU/PI é atualizado regularmente para que após a implantação do Portal da Transparência as informações sejam migradas.

7.1 CANAIS DE ACESSO

Canais de acesso para relacionamento com a sociedade são: telefone, e-mail, atendimento presencial, sistema online, site e páginas em redes sociais (instagram e facebook).

7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

Existe uma pesquisa de satisfação no site do CAU/PI sobre a coleta de dados biométricos para confecção das carteiras de identidade profissional do CAU. O CAU/BR encaminha mensalmente um relatório de atendimentos realizados e os motivos para o referido atendimento, na sua maioria a motivação para o contato com o CAU/Brasil é para obter informações sobre assuntos gerais, como: tabela de honorários e eventos nacionais e/ou regionais e para sanar dúvidas sobre o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

7.3 TRANSPARÊNCIA

Introdução

No site do CAU/PI são divulgadas todas as informações em cumprimento a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/2000), considerando que o Conselho está em processo de implantação do Portal da Transparência, que será implantado no início do ano de 2017.

Endereço do portal da transparência

www.caupi.gov.br

Informações disponíveis ao Cidadão

Registro das competências e estrutura organizacional, endereço e telefone da sede do Conselho e
horário de atendimento;
Registro dos repasses ou transferências de recursos financeiros;
Registro das Atas Plenárias Ordinárias e Extraordinárias;
Registro das despesas;
Informações sobre procedimentos licitatórios e contratos celebrados;
Deliberações Plenárias, Portarias e Resoluções;
Nomes e contatos da equipe técnica;
Regimento Interno,
Organograma;
Planejamento Estratégico;
etc.

Análise crítica

7.4 ACESSIBILIDADE

O CAU/PI apoia todos os eventos de acessibilidade promovidos no Estado do Piauí, inclusive já possuiu um GT (Grupo de Trabalho) de acessibilidade durante a primeira gestão. Além de receber denúncias sobre a falta de acessibilidade e buscar solucionar estes problemas, fazendo vistorias in loco e notificando as empresas denunciadas.

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO

Fazendo um comparativo entre Receita e Despesa nos exercícios 2016/2015 podemos observar que a receita arrecadada no exercício de 2016 foi inferior à receita arrecadada no mesmo período de 2015 em R\$ 48.553,13, correspondente a uma redução de 5,00%; já a despesa realizada no exercício de 2016 foi superior à despesa realizada no mesmo período de 2015 em R\$ 3.263,97, correspondente a um aumento de 0,35%.

Resultado Orçamentário: Em relação a Receita Arrecadada com a Despesa Empenhada até o mês de dezembro de 2016, constatou-se um Déficit Orçamentário no valor de R\$ 55.781,54 do valor arrecadado até o mês de dezembro de 2016.

Resultado Financeiro: Na análise procedida no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, verificou-se que o CAU PI passou com um Superávit Financeiro no valor de R\$ 128.853,65.

O CAU PI apresentou até o mês de dezembro de 2016, um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 149.411,18, conforme demonstrado abaixo:

Varição Patrimonial Aumentativa	R\$ 1.139.872,12
(-) Variación Patrimonial Diminutiva	R\$ (990.460,94)
(=) Superávit Patrimonial acumulado até dezembro de 2016	R\$ 149.411,18

8.2 NCASP

Conselho adotou as normas NCASP no exercício? **Sim**

Justificativa

Segundo a NBCT 16 as entidades abrangidas pelo campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público devem observar as normas e técnicas próprias, considerando o seguinte escopo: integralmente, as entidades governamentais (participantes do orçamento fiscal e da Seguridade social), os serviços sociais e os conselhos profissionais, Sendo o CAU/PI uma entidade que se insere neste último item descrito.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo

ORIENTAÇÕES DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL.

Para estimar a vida útil econômica dos bens foram as seguintes metodologias aplicadas: o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não e a obsolescência tecnológica.

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

ORIENTAÇÕES DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

Cálculo da depreciação foi utilizado o método linear.

Taxas utilizadas para os cálculos

Taxas de 10% e 20% ao ano.

Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Os itens são avaliados e mensurados como seguem:

- Disponibilidades: valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização;

- Créditos: inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária por previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados. Estes valores são ajustados aos efetivamente realizados/arrecadados ao final do exercício;

- Dívida: avaliadas segundo o custo de aquisição;

- Estoques: registrados pelo custo médio de aquisição, que não supere os valores de mercado ou valor líquido de realização;

- Investimentos: avaliados segundo o custo de aquisição;

- Imobilizado: avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável;

- Intangível: avaliado pelo custo de aquisição e reduzido pela amortização acumulada e demais

perdas, quando aplicável;

- Diferido: avaliado pelo valor dos gastos realizados, deduzido por amortização acumulada.

Informo ainda que não foram realizados testes de recuperabilidade dos ativos.

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício

A despesa com depreciações e amortizações no exercício de 2016 não ocasionou impactos consideráveis no total das variações patrimoniais diminutivas. O valor correspondente a depreciações e amortizações é de R\$ 27.106,92 do total de R\$ 990.460,94 das VPD (VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS).

Informações adicionais

No exercício de 2016 foi elaborada a Nota Técnica nº 001/2016/CONT, referente à definição de vida útil dos bens de patrimônio no âmbito do CAU PI. O pronunciamento presta esclarecimentos sobre o entendimento já aplicado desde 2014 pelo conselho, a respeito de critérios de definição de vida útil e consequentes taxas de depreciação e amortização dos bens.

ANEXO - Nota Técnica 01/2016/CONT - Vide anexo do tópico 8.2 no final da seção

8.3 APURAÇÃO CUSTOS

O orçamento do CAU/PI é dividido em centros de custos de acordo com as despesas que são realizadas para sua manutenção, funcionamento e realização de suas atividades. Existem 12 centros de custos, são eles:

- contribuição ao fundo nacional de apoio aos cau/ufs (objetivo geral: equilibrar as receitas e despesas dos CAUs);
- contribuição com as despesas do csc-cau (objetivo geral: gerir e manter a evolução e despesas relativas ao csc-cau-resolução cau/br nº 60, de 07/11/2013);
- reserva de contingência (objetivo geral: manter uma reserva para emergências não contempladas pelo planejamento);
- estrutura básica para funcionamento do conselho (objetivo geral: manter o funcionamento do CAU/PI);
- atendimento de excelência no CAU/PI (objetivo geral: manter o atendimento do cau/pi em um patamar de excelência);
- instituição da fiscalização no CAU/PI (objetivo geral: implementar a fiscalização do CAU/PI);
- comunicação do CAU/PI (objetivo geral: implementar a comunicação do CAU/PI);
- patrocínio em arquitetura (objetivo geral: intensificar o relacionamento);
- capacitação de funcionários e dirigentes do CAU/PI (objetivo geral: capacitar o quadro funcional e os dirigentes do CAU/PI);
- por uma ética profissional no CAU/PI (objetivo geral: divulgar e implementar a ética profissional do CAU/PI);
- administração e planejamento do CAU/PI (objetivo geral: organizar os processos administrativos e financeiros visando uma gestão transparente); e
- representação institucional do CAU/PI (objetivo geral: inserir a cultura da arquitetura e urbanismo, visando melhorar a qualidade arquitetônica e urbana das cidades através de ações em parceria).

8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

Nota Técnica 01/2016/CONT - Anexo do tópico 8.2



Nota Técnica nº 001/2016/CONT

Assunto: Definição de Vida Útil dos Bens de Patrimônio do CAU PI.

SUMÁRIO

1. A Contabilidade Pública Brasileira passa, atualmente, por um processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, levando a uma mudança de realidade nos procedimentos de contabilização, que passam a ter um enfoque mais patrimonial, e não meramente orçamentário.
2. Nesse contexto de adequação às práticas mais aderentes ao controle patrimonial, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou, por meio da sua Resolução CFC Nº 1.136 de 21.11.2008, a NBC T 16.9 - Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sobre Depreciação, Amortização e Exaustão, estabelecendo critérios e procedimentos para o registro contábil nas entidades públicas.
3. Em virtude da necessidade de aplicação dos registros de depreciação e amortização ao controle de patrimônio das entidades públicas, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí - CAU PI iniciou, ao final de 2014, a contabilização da depreciação e amortização de seus itens de patrimônio. No entanto, os critérios para definição de vida útil dos bens e consequentes taxas de depreciação e amortização lineares aplicadas carecem de normativo. Desta forma, este pronunciamento se faz necessário para esclarecer o entendimento técnico aplicado desde 2014.



4. O CAU PI realizou suas primeiras aquisições de itens de patrimônio no ano de 2012, com a estruturação de sua primeira sede. Todos os bens adquiridos neste conselho estadual foram produtos novos, evidenciando que o valor adotado para registro e controle é o valor de aquisição, sem necessidade de aplicação de estudo de reavaliação de bens.

5. Para configuração dos parâmetros de depreciação e amortização dos bens no sistema próprio informatizado, SISPAT.NET, foram definidos os prazos de vida útil por tipo de bem cadastrado com base nas instruções normativas específicas da Receita Federal, IN SRF nº 4, de 30 de janeiro de 1985, e IN SRF nº 162, de 31 de janeiro de 1998, e aplicados, no que couberam, ao CAU PI.

6. Os bens de Móveis e Utensílios tem vida útil de 10 anos determinada pela IN SRF nº 162. Como os móveis do CAU PI representam, em sua grande maioria, mobiliários de escritório para as atividades cotidianas dos funcionários do conselho, definiu-se a adoção dos 10 anos para vida útil, por não haver fator de aceleração para depreciação.

7. Aos Veículos do CAU PI foi definida a vida útil de 05 anos, sugerida na IN SRF nº 162 para os automóveis. Como o automóvel do CAU PI tem por principal finalidade a atividade de fiscalização, com viagens dentro do estado, não se aplicou fator de desaceleração na depreciação, julgando-se prudente o constante na IN.

8. Os bens de Máquinas e Equipamentos tem vida útil de 10 anos determinada pela IN SRF nº 162. Não houve fator de aceleração ou desaceleração aplicado.



9. Os Equipamentos de Processamento de Dados configuram, em sua grande maioria, os microcomputadores do CAU PI. Adotou-se a sugestão de vida útil disposta na IN SRF nº 4, de 05 anos, pois são bens com alta necessidade de renovação tecnológica.

10. Para os bens de Equipamentos de Informática, compostos em sua quase totalidade de *hardwares* ('periféricos'), foi adotado o prazo de 05 anos de vida útil, fixado na IN SRF nº 4.

11. Aos Softwares adquiridos e mantidos pelo CAU PI, utilizados para fins de processamento de dados, foi definida vida útil de 05 anos, estipulada como mínima pela IN SRF nº 4. Considerando-se a alta renovação tecnológica destes itens, utilizou-se o valor mínimo, sem aplicação de fator de desaceleração.

CONCLUSÃO

12. Mediante as justificativas apresentadas, a definição de vida útil dos bens de patrimônio do CAU PI fica sintetizada no quadro abaixo:

Conta Contábil	Vida Útil
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	05 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	05 anos
Equipamentos de Informática	05 anos
Softwares	05 anos



13. A vida útil dos bens de patrimônio interfere diretamente nas taxas de depreciação e amortização lineares adotadas pelo SISPAT.NET ao realizar os procedimentos mensais do CAU PI, registrados contabilmente, e de forma integrada, no SISCONT.NET.
14. Submete-se à apreciação superior para validação dos argumentos e formalização das definições estabelecidas quanto à vida útil dos bens patrimoniais.


Nadja Pereira Corrêa de Araújo
Contadora - CAU/PI

De acordo com os argumentos elencados e as definições estabelecidas, ratifica-se a aplicação da tabela de vida útil aos itens de patrimônio do CAU PI para fins de depreciação e amortização.


Nagly Marcelly de Sousa Lima
Gerente Geral - CAU/PI

Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Anexo do tópico 8.4

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	965.116,00	1.013.669,13	Despesa Orçamentária	1.020.897,54	1.064.720,33
RECEITA REALIZADA	965.116,00	1.013.669,13	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	74.500,00	
RECEITA CORRENTE	965.116,00	1.013.669,13	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	5.194,16	943.133,57
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	239.942,35	202.977,52	CREDITO EMPENHADO – PAGO	941.203,38	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	239.942,35	202.977,52	DESPEZA CORRENTE	934.141,93	
ANUIDADES	239.942,35	202.977,52	PESSOAL	616.164,84	
RECEITA DE SERVIÇOS	271.778,31	275.958,16	MATERIAL DE CONSUMO	5.635,70	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.069,92	1.084,68	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	49.640,00	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	270.439,31	272.282,25	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	186.802,96	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	269,08	2.591,23	ENCARGOS DIVERSOS	16.284,43	
FINANCEIRAS	43.619,12	37.460,67	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59.614,00	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	6.171,88		DESPEZA DE CAPITAL	7.061,45	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	37.447,24	37.460,67	INVESTIMENTOS	7.061,45	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES		3.551,20			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	9.178,03	6.437,99			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	28.269,21	27.471,48			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	389.820,75	484.845,45			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.955,47	12.427,33			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS DE INFRAÇÕES	19.955,47	12.427,33			
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO		943.133,57
			DESPEZA CORRENTE		943.133,57
			PESSOAL		615.295,31
			MATERIAL DE CONSUMO		5.236,07
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		51.465,00
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		203.119,23
			ENCARGOS DIVERSOS		18.177,72
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		49.840,24
			DESPEZA DE CAPITAL		
			INVESTIMENTOS		
			DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE		
			RESERVA DE CONTIGÊNCIA		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	915.351,31	2.023.835,55	Pagamentos Extraorçamentários	805.057,70	2.140.565,07
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	74.500,00		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	5.194,16		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.129,71	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	117.795,70		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	117.864,07	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	717.861,45		Outros Pagamentos Extraorçamentários	686.063,92	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	228.408,49	396.189,21	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	282.920,56	228.408,49
Caixa e Equivalente de Caixa	228.408,49		Caixa e Equivalente de Caixa	282.920,56	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	2.108.875,80	3.433.693,89		2.108.875,80	3.433.693,89

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2016

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
CONTADORA
PI-010762/P
037.314.633-77

EMANUEL RODRIGUES CASTELO BRANCO
CONSELHEIRO PRESIDENTE
A40903-0
047.112.383-87

HUMBERTO GONZAGA DA SILVA
CONSELHEIRO COORDENADOR COMISSAO DE
FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E
PLANEJAMENTO ESTRATEGICO
A31148-0
514.786.503-97

Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Anexo do tópico 8.4

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.025.530,00	1.018.711,00	965.116,00	-53.595,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	249.710,00	248.303,25	239.942,35	-8.360,90
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	249.710,00	248.303,25	239.942,35	-8.360,90
ANUIDADES	249.710,00	248.303,25	239.942,35	-8.360,90
RECEITA DE SERVIÇOS	314.031,00	299.774,02	271.778,31	-27.995,71
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	1.069,92	1.069,92
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	314.031,00	299.774,02	270.439,31	-29.334,71
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	269,08	269,08
FINANCEIRAS	26.530,00	40.530,28	63.496,59	22.966,31
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.000,00	1.000,28	6.171,88	5.171,60
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	25.530,00	39.530,00	57.324,71	17.794,71
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	12.000,00	19.877,47	7.877,47
MULTAS SOBRE ANUIDADES	3.530,00	5.530,00	9.178,03	3.648,03
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.000,00	22.000,00	28.269,21	6.269,21
TRANSFERENCIAS CORRENTES	425.259,00	426.085,00	389.820,75	-36.264,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	4.018,45	78,00	-3.940,45
MULTAS DE INFRAÇÕES	10.000,00	4.018,45	78,00	-3.940,45
RECEITA DE CAPITAL	171.000,00	171.000,00	0,00	-171.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	171.000,00	171.000,00	0,00	-171.000,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			171.000,00	171.000,00	0,00	-171.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.196.530,00	1.189.711,00	965.116,00	-224.595,00
DÉFICIT			0,00	0,00	55.781,54	0,00
TOTAL			1.196.530,00	1.189.711,00	1.020.897,54	-168.813,46
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.025.530,00	1.018.711,00	939.336,09	939.336,09	934.141,93	79.374,91
PESSOAL	632.543,00	639.106,09	616.164,84	616.164,84	616.164,84	22.941,25
PESSOAL E ENCARGOS	577.143,00	580.706,09	570.764,84	570.764,84	570.764,84	9.941,25
DIÁRIAS	55.400,00	58.400,00	45.400,00	45.400,00	45.400,00	13.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00	10.499,00	5.635,70	5.635,70	5.635,70	4.863,30
MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00	10.499,00	5.635,70	5.635,70	5.635,70	4.863,30
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	49.000,00	52.385,00	49.640,00	49.640,00	49.640,00	2.745,00
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	6.000,00	7.340,00	6.395,00	6.395,00	6.395,00	945,00
DIÁRIAS	43.000,00	45.045,00	43.245,00	43.245,00	43.245,00	1.800,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	253.973,00	236.917,62	191.997,12	191.997,12	186.802,96	44.920,50
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	18.400,00	14.400,00	9.556,25	9.556,25	9.556,25	4.843,75
SERVIÇOS PRESTADOS	170.573,00	163.243,07	129.168,79	129.168,79	123.974,63	34.074,28
PASSAGENS	65.000,00	59.274,55	53.272,08	53.272,08	53.272,08	6.002,47
ENCARGOS DIVERSOS	19.400,00	19.362,29	16.284,43	16.284,43	16.284,43	3.077,86
ENCARGOS DIVERSOS	19.400,00	19.362,29	16.284,43	16.284,43	16.284,43	3.077,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59.614,00	60.441,00	59.614,00	59.614,00	59.614,00	827,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	19.612,00	19.612,00	19.612,00	19.612,00	19.612,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	171.000,00	171.000,00	81.561,45	7.061,45	7.061,45	89.438,55
INVESTIMENTOS	171.000,00	171.000,00	81.561,45	7.061,45	7.061,45	89.438,55

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	171.000,00	169.200,00	79.761,45	5.261,45	5.261,45	89.438,55
INTANGÍVEL	0,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.196.530,00	1.189.711,00	1.020.897,54	946.397,54	941.203,38	168.813,46
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.196.530,00	1.189.711,00	1.020.897,54	946.397,54	941.203,38	168.813,46

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2016

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
CONTADORA
PI-010762/P
037.314.633-77

EMANUEL RODRIGUES CASTELO BRANCO
CONSELHEIRO PRESIDENTE
A40903-0
047.112.383-87

HUMBERTO GONZAGA DA SILVA
CONSELHEIRO COORDENADOR COMISSAO DE
FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E
PLANEJAMENTO ESTRATEGICO
A31148-0
514.786.503-97

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	1.278,36	1.129,71	148,65	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	1.278,36	1.129,71	148,65	0,00
TOTAL:	0,00	1.278,36	1.129,71	148,65	0,00

Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Anexo do tópico 8.4

Balço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	456.184,65	PASSIVO CIRCULANTE	79.566,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	282.920,56	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	163.976,31	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	186,53	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.697,19
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	7.977,42	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.123,83	PROVISÕES A CURTO PRAZO	71.702,65
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	219.894,04	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	167,07
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	56.676,89	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	6.676,89	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	50.000,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	161.579,15	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	217.835,38	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	56.256,23	RESULTADO DIFERIDO	0,00
INTANGÍVEL	1.638,00		0,00
SOFTWARES	1.800,00		0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	162,00		0,00
		TOTAL DO PASSIVO	79.566,91

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Resultados Acumulados	596.511,78
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	596.511,78
TOTAL	676.078,69	TOTAL	676.078,69

ATIVO FINANCEIRO	282.920,56	PASSIVO FINANCEIRO	154.066,91
ATIVO PERMANENTE	393.158,13	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			522.011,78

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	128.853,65	194.025,87

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2016

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
CONTADORA
PI-010762/P
037.314.633-77

EMANUEL RODRIGUES CASTELO BRANCO
CONSELHEIRO PRESIDENTE
A40903-0
047.112.383-87

HUMBERTO GONZAGA DA SILVA
CONSELHEIRO COORDENADOR COMISSAO DE
FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E
PLANEJAMENTO ESTRATEGICO
A31148-0
514.786.503-97

**Demonstrativo das Variações
Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais - Anexo do tópico
8.4**

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.139.872,12	1.019.945,46	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	990.460,94	980.214,58
CONTRIBUIÇÕES	372.240,42	210.190,04	PESSOAL E ENCARGOS	597.325,20	570.708,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	372.240,42	210.190,04	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	594.778,26	568.005,99
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	372.240,42	210.190,04	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	594.778,26	568.005,99
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	271.778,31	273.664,18	BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.546,94	2.702,91
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	271.778,31	273.664,18	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	2.546,94	2.702,91
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	271.778,31	273.664,18	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	333.521,74	350.051,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	63.426,29	31.039,27	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.093,27	2.246,74
JUROS E ENCARGOS DE MORA	26.049,35	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	3.093,27	2.246,74
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	26.049,35	0,00	SERVIÇOS	303.321,55	325.661,95
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	3.551,20	DIARIAS	88.645,00	101.700,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	3.551,20	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	59.667,08	48.813,88
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	37.376,94	27.488,07	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	155.009,47	175.148,07
MULTAS SOBRE ANUIDADES	37.376,94	27.488,07	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	27.106,92	22.142,31
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	419.641,37	484.845,45	DEPRECIACAO	26.944,92	22.142,31
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	419.641,37	484.845,45	AMORTIZACAO	162,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	419.641,37	484.845,45	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	59.614,00	49.840,24
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12.785,73	20.206,52	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59.614,00	49.840,24
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12.785,73	20.206,52	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59.614,00	49.840,24
MULTAS ADMINISTRATIVAS	78,00	18.848,73	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	9.614,44
REVERSÃO DE PROVISÕES	12.559,07	0,00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	9.614,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	148,66	1.357,79	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	9.614,44
Total das Variações Ativas :	1.139.872,12	1.019.945,46	Total das Variações Passivas :	990.460,94	980.214,58
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	149.411,18	39.730,88

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	1.139.872,12	1.019.945,46	Total	1.139.872,12	1.019.945,46

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2016

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
CONTADORA
PI-010762/P
037.314.633-77

EMANUEL RODRIGUES CASTELO BRANCO
CONSELHEIRO PRESIDENTE
A40903-0
047.112.383-87

HUMBERTO GONZAGA DA SILVA
CONSELHEIRO COORDENADOR COMISSAO DE
FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E
PLANEJAMENTO ESTRATEGICO
A31148-0
514.786.503-97

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf -
Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo
do t3pico 8.4**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	965.116,00	1.013.669,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	239.942,35	202.977,52
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	239.942,35	202.977,52
ANUIDADES	239.942,35	202.977,52
RECEITA DE SERVIÇOS	271.778,31	275.958,16
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.069,92	1.084,68
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	270.439,31	272.282,25
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	269,08	2.591,23
FINANCEIRAS	43.619,12	37.460,67
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	6.171,88	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	37.447,24	37.460,67
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	0,00	3.551,20
MULTAS SOBRE ANUIDADES	9.178,03	6.437,99
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	28.269,21	27.471,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	389.820,75	484.845,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.955,47	12.427,33
MULTAS DE INFRAÇÕES	19.955,47	12.427,33
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	2.023.835,55
OUTROS INGRESSOS	835.657,15	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPEZA CORRENTE	934.141,93	0,00
PESSOAL	616.164,84	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	5.635,70	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	49.640,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	186.802,96	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	16.284,43	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59.614,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	2.140.565,07
DESPEZA CORRENTE	0,00	943.133,57
PESSOAL	0,00	615.295,31
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	5.236,07
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	51.465,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	203.119,23
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	18.177,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	49.840,24
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	805.057,70	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	61.573,52	-46.193,96
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
INVESTIMENTOS	7.061,45	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.061,45	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	54.512,07	-46.193,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	228.408,49	396.189,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	282.920,56	228.408,49

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2016

 NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
 CONTADORA
 PI-010762/P
 037.314.633-77

 EMANUEL RODRIGUES CASTELO BRANCO
 CONSELHEIRO PRESIDENTE
 A40903-0
 047.112.383-87

 HUMBERTO GONZAGA DA SILVA
 CONSELHEIRO COORDENADOR COMISSAO
 DE FINANÇAS, ATOS ADMINISTRATIVOS E
 PLANEJAMENTO ESTRATEGICO
 A31148-0
 514.786.503-97

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

INTRODUÇÃO SEÇÃO

No exercício de 2016 o CAU/PI não recebeu recomendações do TCU e não possui órgão de controle interno.

9.1 DETERMINAÇÕES DO TCU

Não houveram recomendações do TCU para o CAU/PI.

9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

O CAU/PI não possui órgão de controle interno.

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Não houve ocorrência de danos erários no CAU/PI.

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO - Declaração da Unidade de Pessoal - Vide anexo do tópico 11.1 no final da seção

ANEXO - Notas Explicativas - Vide anexo do tópico 11.1 no final da seção

Declaração da Unidade de Pessoal - Anexo do tópico 11.1



DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Com a finalidade de atender à exigência da Resolução CAU/BR nº 101, de 27 de março de 2015, declaramos que os responsáveis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí- CAU/PI estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendimentos, conforme estabelece a Lei nº 8.730/93.

Teresina-PI, 24 de fevereiro de 2017.

EMANUEL RODRIGUES CASTELO BRANCO
Presidente do CAU/PI

Notas Explicativas - Anexo do t3pico 11.1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016.

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí - CAU PI, bem como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU BR e os demais Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal, foram criados pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotados de personalidade jurídica, encontram-se vinculados à Administração Indireta e funcionam como Autarquia Federal Especial. Suas estruturas e organização são estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

A Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí está localizada na Rua Areolino de Abreu, nº 2103, Centro-Sul, Teresina, Piauí.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, moeda funcional da Entidade. Os valores calculados foram, quando necessário, arredondados a duas casas decimais, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016.

(Em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*) e a provisão para férias, 13º salário e encargos incidentes (*Nota 14*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de maneira uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU BR; entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais, divididos entre material de expediente, material de informática e material de limpeza e higiene; com controle realizado por planilha gerencial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
(Em milhares de Reais)

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos, quando existentes, não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear (conforme Nota Técnica nº 001/2016/CONT), para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	05
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	05
Equipamentos de Processamento de Dados	05

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Intangível

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela amortização acumulada e demais perdas, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade.

A amortização é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Software	05

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
(Em milhares de Reais)

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.6. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.7. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
(Em milhares de Reais)

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

3.10. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.11. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.12. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.13. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.14. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
(Em milhares de Reais)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) em relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) em relação ao contas a receber, os valores são compostos principalmente de anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, observando-se que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado, considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
(Em milhares de Reais)

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Banco conta movimento	5.179,82	6.734,06
Aplicações financeiras	277.740,74	221.674,43
	<u>282.920,56</u>	<u>228.408,49</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber de anuidades do exercício	76.596,80	8.162,28
Contas a receber de anuidades do exercício anterior	57.558,89	442,53
Transferência fundo de apoio a receber	29.820,62	-
CAU BR	16,71	30.601,26
Secretaria da Receita Federal	155,34	155,34
Nadja Pereira Corrêa de Araújo	-	264,01
Emanuel Rodrigues Castelo Branco	-	246,06
Cepisa	14,48	14,48
	<u>164.162,84</u>	<u>39.885,96</u>

O valor de contas a receber de anuidades é mensurado com base nos relatórios de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
(Em milhares de Reais)

inadimplência emitidos via sistema SICCAU, adotando-se para registro do CAU PI o percentual de 80% para os valores devidos, pois 20% se referem às receitas do CAU BR por partição na origem.

A Entidade encontra-se impossibilitada de calcular provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, por apresentar controles de acompanhamento de inadimplência em anuidades muito recentes. Não há histórico para apuração de percentual de PDD, não havendo, portanto, critérios objetivos para tal. A utilização de um valor qualquer poderia não traduzir as reais chances de perdas.

Valor de transferência de fundo de apoio a receber refere-se à cota do CAU PI do fundo a receber do mês de dezembro/2016, pendente de transferência por prestação de contas. Valor devido pela Secretaria da Receita Federal refere-se a pagamentos inadequados de DARFs, a serem compensados. Valor devido pela companhia elétrica Cepisa refere-se a pagamento realizado em duplicidade pelo CAU PI de fatura referente ao mês de junho de 2013.

7. Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Material de expediente	3.170,67	5.434,99
Material de limpeza e produtos de higiene	1.845,14	-
Material de informática	2.961,61	-
	<u>7.977,42</u>	<u>5.434,99</u>

Os controles referentes a aquisição e consumo de materiais de estoque são realizados em planilhas específicas. O consumo é registrado contabilmente por meio de lançamento mensal.

8. Prêmios de seguros a apropriar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bens Móveis	1.123,83	-
	<u>1.123,83</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
 (Em milhares de Reais)

Referente ao seguro do veículo Ford Fiesta, placa OUA 9574, de propriedade do CAU PI, com vigência até setembro/2017, pago em valor integral por antecipação de despesa.

9. Ativo realizável a longo prazo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Dívida Ativa Tributária		
Decorrente de anuidades PF	5.939,75	-
Decorrente de anuidades PJ	737,14	-
	<u>6.676,89</u>	<u>-</u>

Inscrição em dívida ativa tributária de valores a receber referentes a anuidades de 2012, por prescrição dos seus direitos de cobrança no exercício de 2017, de acordo com Nota Jurídica nº 7/AJ-CAM/2016, emitida pelo assessor chefe da assessoria jurídica do CAU/BR.

10. Investimentos temporários a longo prazo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Título de Capitalização Ourocap	50.000,00	50.000,00
	<u>50.000,00</u>	<u>50.000,00</u>

11. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Móveis e Utensílios	79.885,22	13.944,04	65.941,18	72.343,84
Máquinas e Equipamentos	24.446,71	4.969,79	19.476,92	20.661,84
Veículos	34.900,00	12.037,92	22.862,08	26.589,44
Equipamentos de Processamento de Dados	50.761,00	17.263,36	33.497,64	42.005,20
Equipamentos de Informática	27.842,45	8.041,12	19.801,33	21.662,30
Total	<u>217.835,38</u>	<u>56.256,23</u>	<u>161.579,15</u>	<u>183.262,62</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
 (Em milhares de Reais)

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Foram realizados ajustes nos saldos das contas de Depreciação Acumulada do sistema SISCONT, para que fossem convergidos aos valores controlados pelo sistema SISPAT, de gestão de patrimônio. Os saldos da Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios e da Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados tiveram redução, respectivamente, de R\$ 787,50 e R\$ 629,48. Em contrapartida, a Depreciação Acumulada de Equipamentos de Informática foi acrescida de R\$ 1.416,98. Portanto, os valores foram realocados internamente, mantendo-se o total da conta mãe Depreciação Acumulada inalterado.

A seguir apresentamos a Movimentação do Ativo Imobilizado:

	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Móveis e Utensílios	79.885,22	-	-	13.944,04	65.941,18
Máquinas e Equipamentos	23.488,71	958,00	-	4.969,79	19.476,92
Veículos	34.900,00	-	-	12.037,92	22.862,08
Equipamentos de Processamento de Dados	50.761,00	-	-	17.263,36	33.497,64
Equipamentos de Informática	23.539,00	4.303,45	-	8.041,12	19.801,33
Total	212.573,93	5.261,45	-	56.256,23	161.579,15

12. Intangível

	2016	2015
Softwares	1.800,00	-
(-) Amortização Acumulada - Softwares	- 162,00	-
	1.638,00	-

O software pertencente ao CAU PI refere-se ao programa de folha de pagamento utilizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
 (Em milhares de Reais)

13. Fornecedores a pagar e contas a curto prazo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Restos a Pagar Processados	5.194,16	1.278,36
Alda Viagens e Turismo Ltda	-	0,01
Carvalho e Oliveira Advogados Associados	-	378,00
Receita a Classificar	2.495,03	-
Obrigação Diversa a Curto Prazo	8,00	298,29
	<u>7.697,19</u>	<u>1.954,66</u>

O saldo de R\$ 2.495,03 remanescente na conta Receita a Classificar corresponde a pagamento realizado a este Conselho por vias judiciais, de quitação do termo de inscrição em dívida ativa assinado em 23/02/2016, vinculado ao processo administrativo 143/2015 do CAU PI, objeto auto de infração. O pagamento judicial, por não haver sido realizado via boleto emitido pelo CAU, não se apresenta vinculado ao sistema SICCAU deste Conselho; portanto, há pendência de regularização junto ao sistema e sua equipe do CAU BR, para que a receita seja devidamente apresentada nos relatórios financeiros, e assim classificada.

O valor constante em Restos a Pagar Processados é constituído de despesas liquidadas em 2016, porém com pagamento a se realizar apenas em 2017.

Os Favorecidos e Respectivos Valores de Restos a Pagar Processados apresenta-se em 31/12/2016 como segue:

<u>Favorecido</u>	<u>Saldo</u>
Eletrobrás Distribuição Piauí	1.123,82
Telemar Norte Leste S/A	404,89
Claro	890,06
Setec Construções e Serv. Gerais	2.196,39
Patricia Ramos Pereira ME	579,00
Total	<u>5.194,16</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
 (Em milhares de Reais)

14. Provisões para férias, 13º salário e encargos incidentes

Este Conselho, mensalmente, provisiona valores de Férias, 13º Salário e encargos incidentes, baseada em controle gerencial de informações e em obediência ao princípio contábil da competência. A provisão para 13º Salário foi zerada quando do seu pagamento em 2016; os valores de Férias e os encargos neles incidentes, porém, possuem saldo de férias adquiridas pelos funcionários, ainda não gozadas.

	2016	2015
Férias	55.155,88	42.858,59
13º Salário	-	0,03
INSS	11.582,74	10.339,66
FGTS	4.412,47	4.002,79
PIS/PASEP	551,56	500,29
	<u>71.702,65</u>	<u>57.701,36</u>

A Movimentação da Provisão no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Ajustes	2016
Férias	42.858,59	42.883,80	-	22.272,16	- 8.314,35	55.155,88
13º Salário	0,03	33.121,46	-	33.121,49	-	-
INSS	10.339,66	15.759,84	-	11.632,63	- 2.884,13	11.582,74
FGTS	4.002,79	6.003,72	-	4.431,50	- 1.162,54	4.412,47
PIS/PASEP	500,29	750,48	-	501,16	- 198,05	551,56
Total	<u>57.701,36</u>	<u>98.519,30</u>	<u>-</u>	<u>71.958,94</u>	<u>- 12.559,07</u>	<u>71.702,65</u>

a. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Conforme mencionado na nota 6 do presente documento, o CAU PI encontra-se impossibilitado de calcular, de forma segura, os valores para constituição de Provisão para Perda com Devedores Duvidosos, visto que os controles de acompanhamento de inadimplência iniciaram muito recentemente. Dessa forma, não há bases comparativas ou critérios objetivos para estipular percentual de perda prevista desse caso, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
(Em milhares de Reais)

15. Demais obrigações a curto prazo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ISS	152,89	230,60
IRRF / COFINS / CLSS / PIS a Recolher	14,18	4,84
	<u>167,07</u>	<u>235,44</u>

16. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Há um total de dezesseis conselheiros junto ao CAU/PI, divididos como segue:

<u>Conselheiros</u>	<u>Quantidade</u>
Presidente	01
Vice-Presidente	01
Federal	01
Titular	05
Suplente (incluindo os de Presidente, Vice-Presidente e Federal)	08
Total	<u>16</u>

Não há remuneração de conselheiros. Os benefícios concedidos são a título de Diárias e Passagens, bem como direito ao uso de veículos do CAU PI, para assuntos de interesse da entidade. Em casos de abastecimento do veículo do CAU/PI, devidamente documentado, há ressarcimento, conforme Portaria nº 09 do CAU PI, de 26 de março de 2015.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios pós-emprego ou outros benefícios de longo prazo; houve uma rescisão de contrato de trabalho, por interesse da então funcionária, em um valor total bruto de R\$ 7.058,26.

17. Despesas por natureza

Considerando-se como despesas os valores empenhados, ainda que não liquidados ou

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
 (Em milhares de Reais)

pagos, segue classificação.

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com pessoal e encargos	616.164,84	615.295,31
Despesas com contratação de terceiros	241.637,12	254.723,04
Uso de material de consumo	5.635,70	5.236,07
Impostos, taxas e contribuições	16.284,43	18.177,72
Transferências Concedidas	59.614,00	49.840,24
Despesa de Capital	81.561,45	
	<u>1.020.897,54</u>	<u>943.272,38</u>

18. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.139.872,12	1.019.945,46
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	990.460,94	980.214,58
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>149.411,18</u>	<u>39.730,88</u>

<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	965.116,00	1.013.669,13
(-) Despesas Empenhadas	1.020.897,54	943.272,38
(=) Superávit ou Déficit Orçamentário Apurado	<u>- 55.781,54</u>	<u>70.396,75</u>

<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo Disponível Apurado	282.920,56	253.917,33
(-) Passivo Financeiro	154.066,91	59.891,46
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>128.853,65</u>	<u>194.025,87</u>

19. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016.
(Em milhares de Reais)

Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim constituída:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Veículo	Colisão, incêndio, roubo e furto para 01 veículo.	33.716,00
	RCFV - Danos Materiais para 01 veículo.	80.000,00
	RCFV - Danos Corporais para 01 veículo.	80.000,00
Estagiária	Morte Acidental para 01 estagiária.	20.000,00
	Invalidez Permanente para 01 estagiária.	20.000,00
	Assistência Funeral - Titular para 01 estagiária.	5.000,00
		<hr/> <hr/> <u>238.716,00</u>

Para o item veículo, em seu tipo de cobertura 'colisão, incêndio, roubo e furto', tem-se por importância segurada o valor total do veículo, conforme tabela FIPE, em 31/12/2016.

20. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou, com seus auditores independentes, outros serviços que não sejam os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

21. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis, até a data de emissão do relatório de auditoria, que fossem necessários de divulgação conforme CPC 24 / IAS 10.

Teresina-PI, 31 de Dezembro de 2016.

NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
Contadora do CAU PI
CRC-PI 010762/O

EMANUEL RODRIGUES CASTELO BRANCO
Conselheiro Presidente do CAU PI

Assinatura(s)